



Boletim de Transparência Fiscal

RIO DE JANEIRO | 2º BIMESTRE | 2011

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO- GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Stiebler

Guilherme Vasconcelos Severino

José Elias do Nascimento Neto

Larissa Silva Carvalho

Laura Beraldo Amaral

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Apresentação..... | 6 |
| RESUMO EXECUTIVO | 9 |
| EXECUTIVE SUMMARY..... | 13 |
| I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro..... | 16 |
| II. Resultados Fiscais | 17 |
| II.1 Resultado Orçamentário Total | 17 |
| II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA..... | 18 |
| II.3 Resultado Primário | 19 |
| III.1 Receitas Correntes..... | 20 |
| III.1.1 Receita Tributária | 21 |
| III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico | 22 |
| III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties | 23 |
| III.1.3 Receita de Transferências | 24 |
| III.1.3.1. Transferências da União | 25 |
| III.1.4 Demais Receitas Correntes | 26 |
| III.2 Receitas de Capital | 27 |
| BOX 01 – PANORAMA ECONOMICO DO ESTADO..... | 29 |
| IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro..... | 31 |
| IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa | 31 |
| IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS. 37 | |
| BOX 02 – Aplicação de Recursos na área de Cultura..... | 39 |
| BOX 03 – Aplicação de Recursos na área de Segurança..... | 42 |
| V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 45 |
| V.1 Cota Financeira..... | 45 |
| V.2 Pagamento de PD's | 46 |
| V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro | 47 |



| | |
|--|-----------|
| V.4 Adimplimento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos | 48 |
| V.4.1 Características de Consumo | 49 |
| V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados | 50 |
| V.5.1 Valores Adimplidos em 2011 | 51 |
| V.6 Requisições Judiciais de Pagamento | 52 |
| V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública | 53 |
| V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios..... | 57 |

Apresentação

Este é o vigésimo número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo referente ao exercício de 2011. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O Boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 24/05/2011.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área,

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição do boletim, assim como em todas a partir de 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.



notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como demonstrativos dos recursos aplicados nas áreas de Cultura e Segurança. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

No segundo bimestre de 2011 o Estado do Rio de Janeiro sofreu evolução favorável de suas receitas, sendo verificados **aumentos tanto na receita corrente (+14,1%) quanto na de capital (+285,5%), com destaque para o aumento da receita tributária (+10,8%)**, em relação ao mesmo período do ano passado.

Sobre a receita corrente, os principais destaques são o **bom desempenho da arrecadação do ICMS e das receitas patrimoniais**. Estas últimas, que tiveram crescimento de 44,1% em comparação ao segundo bimestre de 2010, por conta da antecipação dos CFT's (+248,9%) pelo RIOPREVIDÊNCIA.

O aumento da receita de ICMS¹ (+12,5%) é reflexo do **crescimento de setores econômicos**. Na análise do ICMS observa-se o incremento significativo na arrecadação de alguns setores, com destaque para o de telecomunicações (+14,3%), energia elétrica (+11,3%), petróleo, combustíveis e gás natural (+32,3%), veículos automotores (11,1%), metalurgia e siderurgia (12,8%) e construção civil (+62,1%).

Este bimestre também consolidou resultados fiscais positivos, **caso desconsideremos o RIOPREVIDÊNCIA, que vem usando os saldos financeiros acumulados**. Os resultados orçamentário e primário ainda obtiveram aumento em relação ao ano passado (+2,9% e +7,4%, respectivamente).

Ao final do primeiro quadrimestre o orçamento inicial, aprovado pela Lei nº 5858/2011, já atinge R\$57,5 bilhões com acréscimo de R\$1,3 bilhão: R\$260,9 milhões são recursos do Tesouro - Operações de Crédito - para obras do PAC e expansão do METRÔ e, R\$1,1 bilhão, são recursos de outras fontes, cuja maior parcela (R\$619,6 milhões) é proveniente de convênios, sendo que R\$118 milhões destinados à Região Serrana.

Apesar do bom desempenho da Receita, a Administração Fazendária, mantendo uma atitude conservadora, julgou conveniente manter contingenciados R\$1,4 bilhão, até que a revisão da estimativa de Receita aponte para a possibilidade de liberação. Destaque-se que a execução orçamentária da despesa se mantém compatível com o montante de recursos liberados para efeito de empenho e a despesa liquidada de R\$16,3 bilhões já assume um ritmo mais acelerado, superando em 10,1% o desempenho do primeiro quadrimestre de 2010.

Na esteira da política de valorização do servidor, os gastos com pessoal e encargos cresceram R\$ 468,7 milhões (+13,64%) por conta de concessão de reajustes e implantação de planos de carreiras. No âmbito do Executivo o aumento foi de R\$359,0 milhões quando considerados apenas os servidores ativos.

No âmbito do custeio o incremento foi de 16,29% (+ R\$281,1milhões). Em separado, o aumento do custeio do Executivo está pautado principalmente na execução do Bilhete Único Estadual (+R\$85,0 milhões), cujo número de usuários vem crescendo de maneira **ascendente**, com reflexo no quantitativo de transações, que no período janeiro/abril 2011 superou em quase 50% o quantitativo de igual período em

C¹ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

2010. Por conta de maior oferta de serviços as áreas de Saúde e Segurança também registram crescimento expressivo, + R\$ 52,1 milhões e + R\$30,49 milhões, respectivamente.

O acompanhamento da despesa das áreas sujeitas a limites mínimos de execução, Educação, Saúde, FAPERJ e FECAM requer vigilância freqüente, embora a apuração considere a execução anual. Esse acompanhamento parcial ao longo do exercício é indispensável em virtude da relação direta da despesa com a execução da receita, cujo bom desempenho neste início de ano, já aponta para utilização de maior soma de recursos no exercício.

Nesse primeiro quadrimestre, com exceção do FECAM, a base de cálculo das receitas destinadas aos gastos de Saúde, Educação e FAPERJ aumentou cerca de 14% em relação a igual período do ano anterior. Observa-se que o ritmo da execução orçamentária da Saúde e da Educação está próximo ao da aplicação mínima exigida, cerca de 86% do que deveria ser aplicado no período, ao passo que na FAPERJ já supera os 2% estabelecidos. O crescimento dessas áreas, no período em análise, em relação a 2010, foi de 14,4%, 11,2% e 23,5%, em Educação, Saúde e FAPERJ, Respectivamente.

No FECAM, a redução de 18% na receita que compõe a base de cálculo é decorrente do decréscimo de 30% na arrecadação referente à Cota-Parte da Participação Especial pela Exploração de Petróleo e Gás Natural que compõe 60% da base. Embora um pouco melhor que em 2010, o ritmo da execução orçamentária da despesa ainda é lento; foram executados apenas 37,8% do mínimo estipulado.

Nesta edição, comenta-se em separado a evolução da despesa na área de Segurança e os principais projetos que estão sendo implementados neste exercício: Implantação de UPPs e Integração das Delegacias Especializadas. No período 2009/2011 a aplicação dos recursos nessa área aumentou em 35%.

Dá-se destaque também à aplicação dos recursos na área de Cultura e à participação de cada um dos órgãos na preservação do patrimônio e no fomento às atividades culturais que conta neste exercício com um orçamento de R\$176,32 milhões, tendo executado no quadrimestre R\$36,45 milhões.

No que tange a administração financeira estadual, verificou-se que o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recurso - FR sob a gestão do Tesouro Estadual – foi elevado de 70,3%, em 2009 (2º bimestre), para aproximadamente 91% neste ano, reflexo das mudanças introduzidas na Cota Financeira.

O percentual de Programações de Desembolso – PD's pagas em relação a cota financeira utilizada também manteve-se alto (84,4%). Até o abril o Tesouro pagou todas as PD's pertinentes a restos a pagar de 2009, que se encontravam aptas para execução, feito inédito.

No 2º bimestre, o prazo médio de pagamentos, após a emissão da Programação de Desembolso - PD foi inferior a 11 dias. Sendo que, aproximadamente, 94% das PD's emitidas pelos órgãos e entidades estaduais foram pagas pelo Tesouro do Estado em até 20 dias após a data de sua emissão e menos de 1% foi paga após 30 dias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse período, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Já na execução de despesas com serviços públicos essenciais incluídos no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC 2, no período de janeiro a abril de 2010, foi registrado o faturamento de R\$ 51 milhões, tendo sido quitados 84% dessa importância, ou seja, R\$ 42 milhões.

No total, até o 2º bimestre, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 63 milhões com serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias aos órgãos estaduais.³ Este montante represou 26% da dotação orçamentária disponibilizada, em 2010, no Programa de Trabalho específico para esse fim.

Dado o cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados nos exercício de 2002 a 2006, neste período não foram executados pagamentos. No entanto, em março foi realizada a segunda oferta pública de recursos, pertinente ao Programa, na qual 137 parcelas foram antecipadas, somando o valor de face de R\$ 9.871.723,34, com um desembolso efetivo de R\$ 6.703.722,48, representando uma economia de R\$ 3.164.000,86.

Quanto ao pagamento de precatórios, tendo em vista que o Estado continua aguardando o levantamento do estoque de precatórios pelos Tribunais, para que possam ser aplicadas as novas regras de atualização e pagamento, introduzidas pela EC. 62, no 2º bimestre, continuou-se apenas horando com os acordos de parcelamentos de precatórios, firmados no exercício passado, que totalizaram um desembolso de R\$ 23,7 milhões. Contudo, neste período, foram pagas 130 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 573.364,99.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 769 milhões com o serviço da dívida⁴, no 2º bimestre de 2009, valor 116% superior ao pago no 1º bimestre.

O estoque da Dívida Financeira somou R\$ 53 bilhões, já o estoque da dívida externa, que corresponde a 2,35% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com o saldo de R\$1,25 bilhão, 9,49% menor que o verificado no primeiro bimestre de 2010, refletindo a apreciação do real frente ao dólar. Foram liberados R\$ 56 milhões de receita de operações de créditos, no segundo bimestre de 2010. Desse montante, R\$ 29,97 milhões foram destinados para o Programa Estadual de Transportes – PET II (recursos provenientes do BIRD); R\$ 19,97 milhões, ao Programa de Sustentação de Investimentos (recursos provenientes do B. Brasil); e R\$ 3,94 milhões, ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES).

² O SIPC foi criado por meio do Decreto 35.670/2004

³ Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

⁴ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.



No que tange a transferências voluntárias de recursos, o Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2010 com 393 Convênios de Receita e 540 Convênios de Despesa vigentes. 5

Por fim, cabe destacar que buscando efetivar uma modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) iniciou o processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008.

⁵ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.

EXECUTIVE SUMMARY

In the second quarter of 2011 the State of Rio de Janeiro experienced a favorable development of its revenues, with **increases recorded in both current (+14.1%) and in capital income (+285.5%), with emphasis on increased tax revenue (+10.8%)** over the same period last year. On the current revenue stream, the main ones increases are **the good performance of the ICMS revenue and asset revenues**. The latter grew by 44.1% compared to the second two months of 2010, due to the anticipation of CFT's (+248.9%) by RIOPREVIDÊNCIA.

The increase in VAT revenues (+12.5%) **reflects the growth of economic sectors**. In the sectoral analysis of VAT there is a significant increase in revenues in some sectors, notably the telecommunications (+14.3%), electricity (+11.3%), petroleum, natural gas and other fuels (+32.3%), automotive vehicles (11.1%), metallurgy and steel (12.8%) and building (+62.1%).

During March and April **excluding RIOPREVIDÊNCIA, which has been using the accumulated cash balances**, the State of Rio de Janeiro consolidated fiscal positive results. The budget and primary results still showed increased compared to last year (+2.9% and +7.4% respectively).

At the end of the first four months of 2011 **the initial budget, approved by Law nº 5.858/2011 has already reached R\$ 57.5 billion** with an increase of R\$ 1.3 billion. Part of this increase (R\$260.9 million) are Loans for works of PAC6 and subway expansion. The other R\$ 1.1 billion, are funds from other sources, whose largest share (U.S. \$ 619.6 million) comes from conventions, of which R\$118 million were intended for the mountain towns due to the damage caused by rains.

Even with the good performance of revenues, to maintaining a conservative attitude, **\$ 1.4 billion are contingencies** until a new review of revenue establish a scenario pointing to the possibility of release the contingencies resources.

In the expense budget execution it remains consistent with the amount of funds that were able to be committed. **The expense already paid added R\$ 16.3 billion, which represents an increase of 10,1%** comparing to the first quarter of 2010.

The Staff expenditure grew R\$ 468.7 million (+13.64%) in the first four months of 2011, comparing to the same period of 2010. This increase is a result of policy developed to upgrade the governmental employees. In the executive branch the increased were R\$ 359.0 million (considering only the active servers).

The operating expenses increased 16.29% (+ R \$ 281.1 million), justified by the implementing of a public transport policy named Bilhete Único Estadual (+ R \$ 85.0 million), this grow reflect the increase of users generating a bigger number of transactions in January to April 2011. These transactions exceeded by almost 50% when comparing to January to April 2010. Because of the greater availability of services,

⁶ PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

the expenditure in the health area grew in 2011 +R\$ 52,1 million and in the safety area grew +R\$30.49 million, respectively.

The monitoring of expenditure in areas subject to minimum limits of enforcement, as education, health, FAPERJ⁷ FECAM⁸ requires persistent supervision, although the verification consider the annual progress. Such monitoring over part of the exercise is essential because of the direct connection between the execution of expenditure and the collected revenue, whose performance early this year, already points to the use of maximum resources for the year.

In the first quarter, with the exception of FECAM, the basis for the calculation of revenue for the expenses of health, education and **FAPERJ increased about 14%** over the first quarter of last year.

It is observed that the rhythm of budget execution of health and education is close to the minimum investment required, while in FAPERJ had grown to over 2% established in the State Constitution. **The growth in these areas in the first 4 months of 2011 compared to the first 4 months of 2010 was 14.4%, 11.2% and 23.5% respectively in Education, Health and FAPERJ.**

In FECAM, the 18% reduction in revenue that forms the basis of the minimum expenditure is a result of the 30% decrease in revenue related to the Cota-Part Special Participation by Oil and Natural Gas that makes up 60% of the base. Although a little better than in 2010, the rhythm of budget execution is still slow, in the first quarter of 2011 were executed only 37.8% of the minimum established. The revenue is already pointing to a recovery for the next two months.

In this edition we highlighted, the information on the expenditure made in the area of security with major projects being implemented this year: Implementation of UPP9 and Integration of Special Police. During the years of 2009 and 2011 the application of **resources in this area increased 35%.**

It is also highlighted the application of resources in the area of Culture and the participation of each of the government departments on the preservation of heritage and promoting cultural activities. The fixed budget for this year is \$ 176.32 million, and it had already been performed in the first four months R\$ 36.45 million.

With regard to state financial administration, it was found that the rate of the use of the Financial Cota released – Funding Sources - FR under the management of State Treasury - was raised from 70.3% in 2009 (2nd two months) to approximately 91% this year, reflecting the changes made to the Financial Cota. The percentage of Disbursement Schedules - PD's over financial cota used also remained high (84.4%). Until April, the Treasury paid all the relevant PD's remains payable in 2009, who were able to run, an unprecedented fact.

⁷ FAPERJ- FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⁸ FECAM – FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

⁹ UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

In the 2nd quarter, the average payment period, after issuing the Disbursement Schedule - PD was less than 11 days. Approximately 94% of PD's issued by state agencies and entities were paid by the State Treasury within 20 days after the date of issue and less than 1% was paid after 30 days. The funds, in which the State Treasury apply public resources, maintained good performance during this period, earning on average 99% of the Interbank Deposit Certificate rate (CDI - funds benchmark). In the running costs of essential public services included in the Integrated Payment Dealers System- SIPC, from January to April 2010, it was an amount of revenues of \$ 51 million and paid off 84% of that importance, that is, \$ 42 million.

In total, until the 2nd quarter, the State Treasury has disbursed \$ 63 million to essential public services provided by utilities to state agencies. The amount of the dammed 26% budget allocation available in 2010, in the specific Work Programme for this purpose.

Given the payment schedule of the Payment Program / Installment Payable Processed Remains in financial year 2002 to 2006, during this period were not executed payments. However, in March was held the second public offering of resources, relevant to the Program, in which 137 plots have been anticipated, adding the face value of R \$ 9,871,723.34, with an actual disbursement of R \$ 6,703,722, 48, representing a savings of R \$ 3,164,000.86.

As to the payment of writ, because the state is still awaiting the lifting of the writ of stock by the Courts, in order to be able to apply the new rules of update and payment made by the EC. 62 in the 2nd quarter, the State continued to only honor the installment agreements writ, signed in the past year, for a total disbursement of R \$ 23.7 million. However, in this period, 130 requests were paid small sums, amounting to R \$ 573,364.99. The State Treasury disbursed R \$ 769 million in debt service in the 2nd two months of 2009, value 116% higher than that paid in the 1st quarter

The stock of financial debt amounted to R \$ 53 billion, on the other hand the stock of external debt, which accounts for 2.35% of total debt, ended two months with a balance of \$ 1.25 billion, 9.49% lower than recorded in the first two months of 2010, reflecting the appreciation of the real against the dollar. They were released \$ 56 million in revenue from credit operations, in the second quarter of 2010. Of this amount, R \$ 29.97 million was allocated to the State Transportation Program - PET II (resources from IBRD), R \$ 19.97 million, the Investment Support Program (funds from the B. Brazil), and U.S. \$ 3.94 million, the Program Police Legal (resources from the BNDES).

With respect to voluntary transfers of resources, the State of Rio de Janeiro ended the 2nd two months of 2010 with current 393 Covenants Revenue and 540 Covenants Expense.

Finally, we emphasize that seeking an effective institutional modernization, the Secretariat of Finance (SUBFIN) started the process of implementing the Quality Management System in order to obtain the certificate of ISO 9001:2008.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais¹⁰ de arrecadação para 2011 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 374/2011, publicada no mês de fevereiro.

No segundo bimestre de 2011 as receitas totais realizadas superaram em 6,6% as metas estipuladas de receitas para o período; no acumulado de janeiro a abril, as metas foram superadas em 1,4%. Ambos os resultados positivos são consequência da boa execução das receitas correntes, que ficaram 11,6% acima da meta projetada no bimestre e 4,8% no acumulado.

Entre as receitas correntes, nos dois períodos analisados, apenas as receitas tributária e patrimonial apresentaram desempenho acima do previsto. A primeira superou a meta em 4,3% e 2,6%, respectivamente no 2º bimestre e no acumulado. Já a patrimonial ultrapassou a meta em 124,3% no bimestre e 34,1% no acumulado, reflexo da arrecadação antecipada dos CFT's.

A receita de transferências apresentou desempenho abaixo da meta bimestral e acumulada (–R\$ 34,87 milhões e – R\$99,04 milhões, respectivamente) associado à atonia ainda existente em algumas receitas federais.

As outras receitas correntes também ficaram abaixo do previsto (– 2,7% no bimestre e – 11,7% no acumulado) devido à frustração da receita de Multas e Juros e da Dívida Ativa.

As receitas de capital ficaram abaixo da meta bimestral em R\$315,24 milhões no bimestre e R\$526,46 milhões no acumulado. Esse resultado decorre da dilatação do prazo para contratação de algumas operações de crédito de maior volume e da frustração de receita de transferências de capital.

Tabela 1
METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA 2011

(art 8º da LRF)

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | META DE RECEITA (MAR-ABR) 2011 | RECEITA REALIZADA (MAR-ABR) 2011 | % REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE | META DE RECEITA (JAN-ABR) 2011 | RECEITA REALIZADA (JAN-ABR) 2011 | % REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA |
|-----------------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| REC. CORRENTES | 7.215,39 | 8.051,89 | 111,6% | 15.977,88 | 16.749,68 | 104,8% |
| TRIBUT. | 5.288,62 | 5.513,88 | 104,3% | 10.980,36 | 11.264,59 | 102,6% |
| CONTRIB. | 194,17 | 166,33 | 85,7% | 388,16 | 330,41 | 85,1% |
| PATRIM. | 549,70 | 1.232,73 | 224,3% | 2.093,66 | 2.806,56 | 134,1% |
| AGROPEC. | 0,03 | 0,01 | 44,4% | 0,05 | 0,03 | 49,2% |
| INDUST. | 1,78 | 0,03 | 1,9% | 3,57 | 0,08 | 2,2% |
| SERV. | 54,98 | 53,24 | 96,8% | 108,80 | 94,95 | 87,3% |
| TRANSF. CORR. | 920,28 | 885,41 | 96,2% | 1.966,34 | 1.867,30 | 95,0% |
| OUTRAS | 205,84 | 200,26 | 97,3% | 436,94 | 385,77 | 88,3% |
| REC. CAPITAL | 675,90 | 360,66 | 53,4% | 1.223,18 | 696,72 | 57,0% |
| OPER. CRÉDITO | 300,06 | 2,10 | 0,7% | 400,32 | 17,68 | 4,4% |
| ALIEN. BENS | 66,00 | 131,51 | 199,3% | 132,00 | 246,89 | 187,0% |
| AMORT. EMPRÉST. | 23,97 | 29,98 | 125,1% | 47,26 | 58,21 | 123,2% |
| TRANSF. CAP. | 285,87 | 197,07 | 68,9% | 643,60 | 373,93 | 58,1% |
| Total | 7.891,29 | 8.412,55 | 106,6% | 17.201,06 | 17.446,40 | 101,4% |

¹⁰ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.

A execução do 1º quadrimestre de 2011 ultrapassou em 1,2% as metas estabelecidas pelo Cronograma Mensal de Desembolso divulgado em fevereiro deste ano (Resolução SEFAZ nº 375).

Neste período, a despesa realizada, incluídos os Restos a Pagar do exercício de 2010 já pagos, totalizou R\$16,74 bilhões, representando uma diferença acima da meta em R\$197 mm, concentrada em outras despesas correntes.

Tal diferença se justifica basicamente pelas transferências aos municípios e ao FUNDEB, cujos valores realizados foram maiores do que os estimados no Cronograma de Desembolso. A oscilação dessas despesas decorre do desempenho da receita.

Neste 1º quadrimestre já foram pagos 77% dos restos a pagar inscritos em 2010, um total de R\$1,86 bilhão. Com relação às despesas do exercício, a execução apresenta um ritmo normal para início de ano, embora ainda abaixo das metas estabelecidas no Cronograma, exceto outras despesas correntes.

II. Resultados Fiscais¹¹

II.1 Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário total do segundo bimestre de 2011 alcançou a cifra de R\$109,62 milhões, e como podemos verificar na tabela 3, um crescimento de 46,8%, no acumulado de Janeiro a Abril de 2011, totalizando R\$ 346,45 milhões, que no mesmo período do exercício anterior.

– **Receita Total:** O incremento de R\$1.357,57 milhões em comparação ao ano passado (+18,4%) se deu, sobretudo, devido ao aumento das receitas Tributárias e Patrimonial, onde será melhor detalhado na seção III.1.2.. No desempenho acumulado no ano, houve incremento de +R\$ 1.940,76 milhões superior a 2010 (+12,1%).

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-ABR 2011

Em R\$ milhões

| GRUPO DE DESPESA | METAS DE EXEC. 2011** | DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-ABR 2011*** | RP 2010 PAGO*** | DESP. TOTAL REALIZ. JAN-ABR 2011 | % REALIZ. |
|-----------------------------------|-----------------------|--|-----------------|----------------------------------|---------------|
| PESSOAL E ENC. SOCIAIS | 4.315 | 3.498 | 558 | 4.056 | 94,0% |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 9.823 | 9.618 | 849 | 10.467 | 106,6% |
| INVEST /INVERSÕES | 901 | 381 | 458 | 839 | 93,1% |
| JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ. | 1.504 | 1.378 | | 1.378 | 91,6% |
| TOTAL | 16.542 | 14.875 | 1.865 | 16.740 | 101,2% |

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 375

***Fonte: SIG em 24/05/2011

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|---------------|------------------------------|------------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| I. RECEITA TOTAL (A) | 7.378,62 | 8.736,19 | 18,4% | 16.080,06 | 18.020,82 | 12,1% |
| I.1 RECEITA CORRENTE | 7.023,72 | 8.051,89 | 14,6% | 15.382,58 | 16.749,68 | 8,9% |
| I.1.1 Tributária | 4.832,35 | 5.513,88 | 14,1% | 10.021,98 | 11.264,59 | 12,4% |
| I.1.2 Patrimonial | 855,40 | 1.232,73 | 44,1% | 2.880,86 | 2.806,56 | -2,6% |
| I.1.3 Transferências | 823,53 | 885,41 | 7,5% | 1.624,15 | 1.867,30 | 15,0% |
| I.1.4 Demais Correntes | 512,44 | 419,87 | -18,1% | 855,61 | 811,23 | -5,2% |
| I.2 RECEITA DE CAPITAL | 93,57 | 360,66 | 285,5% | 168,16 | 696,72 | 314,3% |
| I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 261,33 | 323,64 | 23,9% | 529,32 | 574,42 | 8,5% |
| II. DESPESA TOTAL (B) | 7.970,78 | 8.626,57 | 8,2% | 15.340,42 | 16.934,72 | 10,4% |
| II.1 DESPESA CORRENTE | 6.769,79 | 7.505,59 | 10,9% | 13.426,74 | 15.191,84 | 13,1% |
| II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais | 3.105,07 | 3.563,06 | 14,7% | 6.097,94 | 6.991,48 | 14,7% |
| II.1.2 Demais Correntes | 3.143,74 | 3.507,05 | 11,6% | 6.563,83 | 7.365,01 | 12,2% |
| II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida | 520,98 | 435,48 | -16,4% | 764,97 | 835,35 | 9,2% |
| II.2 DESPESA DE CAPITAL | 912,46 | 771,04 | -15,5% | 1.387,57 | 1.124,56 | -19,0% |
| II.2.1 Invest. | 664,96 | 468,06 | -29,6% | 1.028,80 | 579,79 | -43,6% |
| II.2.1.1 Obras e Instalações | 327,34 | 298,29 | -8,9% | 372,47 | 349,42 | -6,2% |
| II.2.1.2 Indenizações e Restituição | 188,90 | 6,80 | -96,40% | 465,15 | 6,87 | -98,5% |
| II.2.1.3 Demais Investimentos | 148,72 | 162,97 | 9,6% | 191,18 | 223,50 | 16,9% |
| II.2.2 Inv. Financ. | 3,72 | 0,64 | -82,7% | 6,54 | 1,76 | -73,1% |
| II.2.3 Amort. Dívida | 243,79 | 302,35 | 24,0% | 352,23 | 543,02 | 54,2% |
| II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 288,53 | 349,94 | 21,3% | 526,11 | 618,32 | 17,5% |
| RES. ORÇAM. (A-B) | -592,17 | 109,62 | 118,5% | 739,65 | 1.086,10 | 46,8% |

¹¹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº 42/2010.

- **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 8,2% (+R\$655,78 milhões) e 10,4% (+R\$ 1.594,31) no bimestre e no acumulado respectivamente, em decorrência dos aumentos nas categorias de gastos correntes das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, que aumentaram 14,7%, tanto no bimestre quanto no acumulado (+R\$457,99 milhões no bimestre e +R\$ 893,54 milhões no acumulado) ambos, efeito das políticas de concessão de reajustes salariais adotadas para diversas categorias a partir de junho de 2010. , **repercutiu consideravelmente no primeiro semestre.** As Demais Correntes também tiveram incremento de R\$363,31 milhões (+11,6%) no bimestre e +R\$ 801,18 milhões (12,2%) no acumulado, refletindo a provisão de recursos para o funcionamento dos serviços do Estado com o aumento das despesas não-discricionárias (detalhes na seção IV1. 2.).

Sobre as Despesas de Capital foi apurada queda de 15,5% em relação ao bimestre do ano anterior (-R\$141,42 milhões) e no acumulado do ano remonta a 19%. Esta relação negativa é resultado da redução em 96,40% na conta de Indenizações e Restituições em função de ressarcimento ao Banco do Brasil referente à operação de cessão de direitos de receitas de Participação Especial do campo de Marlim, realizada em Novembro de 2009. Por esta razão, a conta de investimento aparece com saldo negativo. No entanto, expurgando tal efeito, há queda no bimestre de 2,7% nos investimentos, mas incremento de 1,9% entre janeiro e abril.

Por outro lado, a despesa de amortização da dívida cresceu R\$58,56 milhões no bimestre, aumento de 24,0% e 54,2% no acumulado (mais detalhes na seção IV.1).

II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário do primeiro quadrimestre de 2011 atingiu o montante de R\$291,88 milhões, 19,4% a mais do que no ano passado. Já no bimestre temos o resultado de R\$ 246,63 milhões superior

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|--|------------------------------|-----------------|-----------------|------------------------------|------------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| | R\$ milhões | | | | | |
| I. RECETA TOTAL S/ RIOPREV. (A) | 6.692,92 | 7.357,41 | 9,9% | 14.326,59 | 15.749,64 | 9,9% |
| I.1 RECETA CORRENTE | 6.571,65 | 7.089,53 | 7,9% | 14.142,77 | 15.277,18 | 8,0% |
| I.1.1 Tributária | 4.832,35 | 5.513,88 | 14,1% | 10.021,98 | 11.264,59 | 12,4% |
| I.1.2 Patrimonial | 590,61 | 432,25 | -26,8% | 1.984,72 | 1.667,61 | -16,0% |
| I.1.3 Transferências | 823,53 | 885,41 | 7,5% | 1.624,15 | 1.867,30 | 15,0% |
| I.1.4 Demais Correntes | 325,17 | 258,00 | -20,7% | 511,92 | 477,68 | -6,7% |
| I.2 RECETA DE CAPITAL | 78,05 | 199,26 | 155,3% | 136,54 | 391,70 | 186,9% |
| I.3 RECETA INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 43,22 | 68,62 | 58,8% | 47,28 | 80,76 | 70,8% |
| II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B) | 6.709,46 | 7.127,33 | 6,2% | 12.825,72 | 13.956,90 | 8,8% |
| II.1 DESPESA CORRENTE | 5.510,94 | 6.006,57 | 9,0% | 10.914,12 | 12.215,34 | 11,9% |
| II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais | 1.858,05 | 2.102,85 | 13,2% | 3.612,69 | 4.094,41 | 13,3% |
| II.1.2 Demais Correntes | 3.131,91 | 3.468,24 | 10,7% | 6.536,46 | 7.285,58 | 11,5% |
| II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida | 520,98 | 435,48 | -16,4% | 764,97 | 835,35 | 9,2% |
| II.2 DESPESA DE CAPITAL | 910,02 | 771,47 | -15,2% | 1.386,02 | 1.124,50 | -18,9% |
| II.2.1 Invest. | 663,40 | 468,00 | -29,5% | 1.027,25 | 579,73 | -43,6% |
| II.2.1.1 Obras e Instalações | 325,86 | 298,29 | -8,5% | 370,99 | 349,42 | -5,8% |
| II.2.1.2 Indenizações e Restituição | 188,90 | 6,80 | -96,40% | 465,15 | 6,87 | -98,5% |
| II.2.1.3 Demais Investimentos | 148,65 | 162,92 | 9,6% | 191,11 | 223,44 | 16,9% |
| II.2.2 Inv. Financ. | 2,82 | 1,12 | -60,4% | 6,54 | 1,76 | -73,1% |
| II.2.3 Amort. Dívida | 243,79 | 302,35 | 24,0% | 352,23 | 543,02 | 54,2% |
| II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 288,51 | 349,29 | 21,1% | 525,59 | 617,05 | 17,4% |
| RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B) | -16,55 | 230,08 | 1.390,5% | 1.500,87 | 1.792,74 | 19,4% |
| RECETA DO RIOPREVIDÊNCIA (C) | 685,25 | 1.378,78 | 101,2% | 1.753,47 | 2.271,18 | 29,5% |
| DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D) | 1.260,87 | 1.499,24 | 18,9% | 2.514,69 | 2.977,83 | 18,4% |
| RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D) | -575,63 | -120,47 | 79,1% | -761,22 | -706,64 | 7,2% |
| RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D) | -592,17 | 109,62 | 118,5% | 739,65 | 1.086,10 | 46,8% |

ao bimestre de 2010. O resultado obviamente decorre do crescimento da Receita Total ter ocorrido em maior dimensão que a elevação da Despesa Total.

Neste caso, de não contabilizar os saldos do fundo de previdência, o resultado orçamentário alcançado em 2011 é maior do que o resultado total. Isso acontece porque o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA foi negativo neste bimestre, ou seja, sua receita foi menor que seus gastos. Contudo, tal conjuntura pode ser considerada normal neste período do ano, uma vez que o RIOPREVIDÊNCIA apresenta déficit sazonal. Isto ocorre porque a parte mais significativa de suas receitas – oriundas dos royalties do petróleo – ainda não é arrecadada integralmente, visto que, por conta da legislação, são usadas para pagamento de indenização à União pelo Estado. No acumulado, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresenta uma melhora de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

II.3 Resultado Primário¹²

O Resultado Primário do 2º bimestre, descontado o resultado do RIOPREVIDÊNCIA, atingiu o montante de R\$1.165,67 (+34,4%). Contudo, no acumulado o crescimento foi de 22,0% (+R\$ 638,14 milhões) em comparação ao mesmo período do ano passado. O resultado positivo reflete os aumentos das receitas não financeiras (+10,5%) por conta do crescimento das receitas tributárias e de capital – que suplantaram o crescimento de 6,8% nas despesas primárias.

Já o Resultado Primário total (aí incluído o RIOPREVIDÊNCIA) alcançou o patamar de R\$625,17, saldo superior ao verificado no ano passado. A melhora é confirmada se analisarmos o acumulado do ano, com um crescimento de 25,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa um crescimento de R\$ 411,98 milhões.

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|---|------------------------------|-----------------|--------------|------------------------------|------------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| | RECEITAS TOTAL | 6.692,92 | 7.357,41 | 9,9% | 14.326,59 | 15.749,64 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 127,44 | 83,41 | -34,5% | 197,55 | 167,85 | -15,0% |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 43,22 | 68,62 | 58,8% | 47,28 | 80,76 | 70,8% |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A) | 6.522,26 | 7.205,38 | 10,5% | 14.081,76 | 15.501,03 | 10,1% |
| DESPESAS TOTAL | 6.709,46 | 7.127,33 | 6,2% | 12.825,72 | 13.966,90 | 8,8% |
| DESPESAS FINANCEIRAS | 765,97 | 738,33 | -3,6% | 1.120,30 | 1.378,88 | 23,1% |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 288,51 | 349,29 | 21,1% | 525,59 | 617,05 | 17,4% |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B) | 5.654,99 | 6.039,71 | 6,8% | 11.179,83 | 11.960,96 | 7,0% |
| RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B) | 867,28 | 1.165,67 | 34,4% | 2.901,92 | 3.540,06 | 22,0% |

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|-----------------------------------|------------------------------|-----------------|----------------|------------------------------|------------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| | RECEITAS TOTAL | 7.378,62 | 8.736,19 | 18,4% | 16.080,06 | 18.020,82 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 149,89 | 249,07 | 66,2% | 246,26 | 486,43 | 97,5% |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 261,33 | 323,64 | 23,8% | 529,32 | 574,42 | 8,5% |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A) | 6.967,39 | 8.163,48 | 17,2% | 15.304,48 | 16.959,97 | 10,8% |
| DESPESAS TOTAL | 7.970,78 | 8.626,57 | 8,2% | 15.340,42 | 16.934,72 | 10,4% |
| DESPESAS FINANCEIRAS | 765,97 | 738,33 | -3,6% | 1.120,30 | 1.378,88 | 23,1% |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 288,53 | 349,94 | 21,3% | 526,11 | 618,32 | 17,5% |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B) | 6.916,28 | 7.538,31 | 9,0% | 13.694,00 | 14.937,52 | 9,1% |
| RESULTADO PRIMÁRIO (A-B) | 51,11 | 625,17 | 1123,1% | 1.610,48 | 2.022,45 | 25,6% |

¹² O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

III. Receita Estadual ¹³

Tabela 7

As receitas estaduais totalizaram, no segundo bimestre de 2011, R\$8.412,55 milhões – implicando incremento de R\$1.295,26 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2010 (+18,2%). No acumulado até abril, este montante foi de R\$17.446,60, que representa um crescimento de 12,2% na comparação com o período do ano passado (+ R\$1.895,65 milhões).

No caso da execução bimestral, este resultado é principalmente reflexo do bom desempenho das Receitas Tributárias (+R\$681,53 milhões), Patrimoniais (+R\$377,33 milhões) e de Capital (+R\$267,09 milhões). Na execução acumulada, além do sucesso das Receitas Tributárias e de Capital (+R\$1.242,61 milhões e +R\$528,56 milhões, respectivamente), é verificado um bom desempenho nas Receitas de Transferências, com incremento de R\$243,15 milhões em relação a 2010.

As próximas seções apresentarão mais detalhes sobre as categorias de receita.

III.1 Receitas Correntes

As receitas Tributária e Patrimonial foram as principais responsáveis por elevar em 14,6% o total das Receitas Correntes¹⁴ em comparação ao mesmo bimestre do ano passado (+R\$1.028,17 milhões). O crescimento acumulado equivaleu a um montante de +R\$1.367,10 milhões, desempenho superior em 8,9% ao exercício anterior.

Outro componente expressivo das Receitas Correntes, as transferências correntes, cresceram 7,5% na comparação entre os períodos (+R\$61,88 milhões). Já no acumulado o crescimento foi de 15% (+R\$243,15 milhões).

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|---------------|-----------------------------------|-----------------|--------------|---------------------------------|------------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| TRIBUTÁRIA | 4.832,35 | 5.513,88 | 14,1% | 10.021,98 | 11.264,59 | 12,4% |
| CONTRIBUIÇÕES | 173,07 | 166,33 | -3,9% | 317,11 | 330,41 | 4,2% |
| PATRIMONIAL | 855,40 | 1.232,73 | 44,1% | 2.880,86 | 2.806,56 | -2,6% |
| AGROPECUÁRIA | 0,01 | 0,01 | 29,4% | 0,02 | 0,03 | 44,6% |
| INDUSTRIAL | 0,42 | 0,03 | -91,9% | 2,50 | 0,08 | -96,8% |
| DE SERVIÇOS | 51,00 | 53,24 | 4,4% | 90,70 | 94,95 | 4,7% |
| TRANSF. CORR. | 823,53 | 885,41 | 7,5% | 1.624,15 | 1.867,30 | 15,0% |
| OUTRAS CORR. | 287,95 | 200,26 | -30,5% | 445,28 | 385,77 | -13,4% |
| REC. CORR. | 7.023,72 | 8.051,89 | 14,6% | 15.382,58 | 16.749,68 | 8,9% |
| REC. CAPITAL | 93,57 | 360,66 | 285,5% | 168,16 | 696,72 | 314,3% |
| Total | 7.117,29 | 8.412,55 | 18,2% | 15.550,74 | 17.446,40 | 12,2% |

A execução da receita do segundo bimestre de 2011 atingiu o montante de R\$8.412,55 milhões, crescimento de 18,2% (+R\$ 1.295,26 milhões) em relação ao ano anterior.

¹³ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.

¹⁴ Receitas correntes são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Definição explicitada no Glossário Orçamentário do Tesouro Nacional: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp

Por outro lado, as receitas de contribuições caíram 3,9% (-R\$ 6,74 milhões e outras receitas correntes com queda de 30,5% (-R\$ 87,69 milhões). Para esta última, o resultado já era esperado, dada a base de comparação inflada em 2010 por conta do REFIS estadual que, no ano passado, permitiu o pagamento à vista ou parcelado dos débitos tributários em atraso. Por conta disso, o resultado acumulado apresenta queda de 13,4% (-R\$ 243,15 milhões).

III.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no segundo bimestre de 2011 teve crescimento de 14,1% (+R\$681,53 milhões) em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$5.513,88 milhões. No acumulado até abril de 2011, houve crescimento de 12,4% (+R\$ 1.242,61 milhões). Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, ao incremento de R\$440,79 milhões de ICMS (+12,5%), refletindo no desempenho do acumulado, que totalizou crescimento de 11,8% (+R\$1.242,61 milhões). Mais detalhes acerca deste tributo serão abordados na próxima seção (II. 1.1.1).

– **Imposto de Renda (IRRF):** realizou R\$324,40 milhões no bimestre, 136,8% superior ao mesmo período do ano passado. No quadrimestre houve um crescimento de 44,3% (+R\$ 150,85 milhões). Este acréscimo no bimestre é resultado de atraso no repasse do imposto recolhido da folha de aposentados e pensionistas do RIOPREVIDÊNCIA. Somente em Abril foram repassados ao Tesouro R\$ 269,73 milhões, 83% do total realizado no bimestre e 55% no acumulado.

– **IPVA:** neste bimestre, alcançou o total de R\$403,13 milhões arrecadados, R\$42,98 a mais que no ano anterior. Já no acumulado houve um crescimento de 11,5% (+R\$ 115,16 milhões). Este resultado é consequência do crescimento da frota de veículos, que de janeiro a abril de 2011 aumentou 7,79% em relação ao mesmo período do ano anterior, representando um acréscimo de 332 mil

Tabela 8

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|---------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|------------------------------|------------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 4.832,35 | 5.513,88 | 14,1% | 10.021,98 | 11.264,59 | 12,4% |
| ICMS | 3.525,02 | 3.965,81 | 12,5% | 7.187,01 | 8.033,34 | 11,8% |
| Adicional do ICMS | 367,91 | 418,70 | 13,8% | 750,55 | 846,77 | 12,8% |
| IRRF | 137,00 | 324,40 | 136,8% | 340,69 | 491,54 | 44,3% |
| IPVA | 360,15 | 403,13 | 11,9% | 1.004,15 | 1.119,30 | 11,5% |
| ITD e ITBI | 119,04 | 58,28 | -51,0% | 157,44 | 109,01 | -30,8% |
| Taxas | 323,23 | 343,57 | 6,3% | 582,14 | 664,63 | 14,2% |

O resultado do IPVA é consequência do crescimento da frota de veículos, que de janeiro a abril de 2011 aumentou 7,79% em relação ao mesmo período do ano anterior, que representou um crescimento de 332 mil novos veículos⁹.

novos veículos¹⁵. Além disso, o índice de inadimplência do imposto está em queda devido aos esforços de fiscalização do Estado, com as Blitz do DETRAN, DETRO e da Lei Seca.

– **ITD:** com queda de R\$60,77 milhões (-51,0%), este imposto teve receita de R\$58,28 milhões. Esse resultado indica uma queda de 30,8% (-R\$ 48,43 milhões) no acumulado. O desempenho do tributo neste bimestre é consequência da elevada base de comparação inflada em 2010 – notadamente, deve-se destacar o advento do Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS), que estabeleceu descontos em juros e multas para quitação à vista da dívida e regras para a compensação de créditos inscritos em Dívida Ativa com precatórios vencidos. Com isso, vários contribuintes que tinham débito em atraso anteciparam o pagamento em 2010 inflando a receita naquele bimestre.

– **Taxas:** a arrecadação da receita de Taxas cresceu 14,2% em relação a 2010, com aporte de R\$82,49 milhões. Na análise bimestral cresceu 6,3% na comparação entre os períodos, equivalente a acréscimo de R\$20,34 milhões. A maior parte deste incremento é proveniente da receita das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambas do DETRAN, que somadas tiveram aumento de R\$14,37 milhões no bimestre.

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os dez setores produtivos com maior participação no bimestre Março/abril de 2011 equivalem a 77,67% do total arrecadado (Ver Tabela 9)

A seguir, é apresentada uma análise de alguns setores econômicos:

Tabela 9

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECAÇÃO DE ICMS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2010/2011

| DISCRIMINAÇÃO | part % 2011 | var % 11/10 | Contrib. para Cresc. |
|--|---------------|--------------|----------------------|
| Telecomunicações | 15,68% | 14,3% | 17,6% |
| Energia elétrica | 15,08% | 11,3% | 13,8% |
| Petróleo, combustíveis e gás natural | 14,89% | 32,3% | 32,7% |
| Mercados, lojas e magazines | 5,82% | 5,1% | 2,6% |
| Bebidas | 5,18% | 8,8% | 3,8% |
| Alimentação | 4,83% | -6,2% | -2,9% |
| Metalurgia e siderurgia | 4,26% | 12,8% | 4,3% |
| Veículos automotores | 4,12% | 11,1% | 3,7% |
| Construção civil | 3,93% | 62,1% | 13,5% |
| Produtos farmacêuticos e farmoquímicos | 3,89% | 5,3% | 1,8% |
| Têxtil e vestuário | 3,24% | 27,9% | 6,4% |
| Química e petroquímica | 2,86% | -6,1% | -1,7% |
| Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal | 2,74% | 12,6% | 2,8% |
| Madeira, papel e fumo | 2,64% | 7,7% | 1,7% |
| Transportes gerais e armazenagem | 1,95% | -38,2% | -10,8% |
| Eletroeletrônicos | 1,74% | 6,0% | 0,9% |
| Comunicação e informação | 1,51% | 7,5% | 0,9% |
| Outras atividades econômicas | 1,25% | 41,4% | 3,3% |
| Máquinas e equipamentos em geral | 1,11% | 23,6% | 1,9% |
| Móveis e utensílios | 0,89% | 56,0% | 2,9% |
| Borracha e plástico | 0,71% | -17,4% | -1,3% |
| Médico-hospitalar e odontologia | 0,65% | 7,5% | 0,4% |
| Informática e óptico | 0,63% | 15,8% | 0,8% |
| Editorial, gráfica e publicidade | 0,43% | 34,9% | 1,0% |
| Total das atividades econômicas | 100,0% | 12,5% | 100,0% |

¹⁵ Fonte: www.denatran.gov.br

- **Construção Civil:** Engloba obras como casas, edifícios, pontes, barragens, fundações, estradas, aeroportos e outras infraestruturas. A arrecadação vem acompanhando o comportamento econômico nacional e fluminense desse segmento em 2011. Com participação de 3,9% na arrecadação de ICMS a construção civil cresceu 62,1% (+R\$59,64 milhões) no bimestre.

A indústria de cimento, que vem a ser a base de toda cadeia produtiva (15,2% de participação sobre o setor) subiu, no acumulado, à taxa de 25,8% passando de R\$34,8 milhões em 2010 para R\$ 43,9 milhões em 2011.

- **Petróleo, Combustíveis e Gás Natural:** Com crescimento de 32,3% (+R\$144,25 milhões) no segundo bimestre, esse setor tem participação de 14,9% na arrecadação.

Com participação de 63,5% sobre o grupo, a atividade de refino de petróleo cresceu 63,2% no primeiro quadrimestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano passado. Cresceu de R\$ 585,8 milhões para R\$675,7 milhões. O aumento da gasolina e derivados influenciou esse bom desempenho na arrecadação nesse setor.

Energia Elétrica: A arrecadação referente ao setor cresceu 11,1% (+R\$121,83 milhões) no quadrimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Dois fatores foram determinantes para a elevação da arrecadação, a saber: O aumento do consumo de energia elétrica (+12,7% no primeiro trimestre) e a elevação das tarifas de energia autorizada pela ANEEL às concessionários do Rio de Janeiro na ordem de 7,15% em média.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no bimestre atingiu a marca de R\$1.232,73, valor 44,1% (+R\$377,33 milhões) maior em comparação ao mesmo período do ano anterior. A alta é explicada pela antecipação feita pelo RIOPREVIDENCIA dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT, +248,9%) e que compensou a queda das

Tabela 10

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2010/2011

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR) | | part % 2011 | var % 10/11 | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | part % 2011 | var % 11/10 |
|--|------------------------------|-----------------|---------------|--------------|------------------------------|-----------------|---------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | | 2010 | 2011 | | |
| | Telecomunicações | 544,33 | 621,98 | 15,7% | 14,3% | 1.060,23 | 1.258,10 | 15,7% |
| Energia elétrica | 537,03 | 597,86 | 15,1% | 11,3% | 1.095,26 | 1.217,09 | 15,2% | 11,1% |
| Petróleo, combustíveis e gás natural | 446,36 | 590,61 | 14,9% | 32,3% | 1.045,78 | 1.063,31 | 13,2% | 1,7% |
| Mercados, lojas e magazines | 219,42 | 230,67 | 5,8% | 5,1% | 467,64 | 511,62 | 6,4% | 9,4% |
| Bebidas | 188,72 | 205,28 | 5,2% | 8,8% | 423,40 | 442,42 | 5,5% | 4,5% |
| Alimentação | 204,25 | 191,51 | 4,8% | -6,2% | 361,75 | 370,04 | 4,61% | 2,3% |
| Metallurgia e siderurgia | 149,74 | 168,91 | 4,3% | 12,8% | 285,33 | 321,95 | 4,0% | 12,8% |
| Veículos automotores | 147,03 | 163,33 | 4,1% | 11,1% | 275,33 | 338,27 | 4,2% | 22,9% |
| Construção civil | 96,07 | 155,71 | 3,9% | 62,1% | 193,12 | 287,61 | 3,6% | 48,9% |
| Produtos farmacêuticos e farmoquímicos | 146,66 | 154,45 | 3,9% | 5,3% | 274,07 | 299,44 | 3,7% | 9,3% |
| Têxtil e vestuário | 100,40 | 128,40 | 3,2% | 27,9% | 268,22 | 347,92 | 4,3% | 29,7% |
| Química e petroquímica | 120,54 | 113,23 | 2,9% | -6,1% | 250,28 | 232,83 | 2,9% | -7,0% |
| Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal | 96,42 | 108,60 | 2,7% | 12,6% | 189,90 | 215,26 | 2,7% | 13,4% |
| Madeira, papel e fumo | 97,40 | 104,86 | 2,6% | 7,7% | 203,56 | 229,54 | 2,9% | 12,77% |
| Transportes gerais e armazenagem | 124,78 | 77,16 | 1,9% | -38,2% | 204,60 | 155,78 | 1,9% | -23,9% |
| Eletroeletrônicos | 65,16 | 69,10 | 1,7% | 6,0% | 139,54 | 147,60 | 1,8% | 5,8% |
| Comunicação e informação | 55,55 | 59,71 | 1,5% | 7,5% | 91,46 | 120,93 | 1,5% | 32,2% |
| Outras atividades econômicas | 34,97 | 49,44 | 1,2% | 41,4% | 53,09 | 107,35 | 1,3% | 102,2% |
| Máquinas e equipamentos em geral | 35,62 | 44,01 | 1,1% | 23,6% | 69,66 | 89,47 | 1,1% | 28,4% |
| Móveis e utensílios | 22,80 | 35,27 | 0,9% | 56,0% | 52,23 | 79,19 | 1,0% | 51,6% |
| Borracha e plástico | 33,86 | 27,99 | 0,7% | -17,4% | 62,82 | 56,94 | 0,7% | -9,4% |
| Médico-hospitalar e odontologia | 23,90 | 25,69 | 0,6% | 7,5% | 50,75 | 54,71 | 0,7% | 7,8% |
| Informática e óptico | 21,56 | 24,96 | 0,6% | 15,8% | 42,69 | 49,64 | 0,6% | 16,3% |
| Editorial, gráfica e publicidade | 12,67 | 17,09 | 0,4% | 34,9% | 26,31 | 36,33 | 0,5% | 38,1% |
| Total das atividades econômicas | 3.525,02 | 3.965,81 | 100,0% | 12,5% | 7.187,01 | 8.033,34 | 100,0% | 11,8% |

receitas provenientes do Petróleo (-32,6%). No acumulado, entretanto, a redução de -2,6% (-R\$ 74,29 milhões), ainda sob a influência do acerto de Marlin em 2010, como explicitado abaixo.

– **Petróleo:** As receitas de petróleo tiveram queda de R\$179,06 milhões (-32,6%) no bimestre, consequência da redução de R\$211,18 milhões na receita de Participação Especial (-98,9%). Todavia, conforme indicado, esta receita incluiu o ganho extraordinário de R\$213,45 milhões do acerto de Marlin em 2010; não considerando esta receita o crescimento foi de 10,3%.

Sobre os Royalties, verifica-se crescimento de 9,6% (+32,12 milhões) em sua arrecadação. Este resultado é reflexo do aumento do preço do barril em 33,6% na comparação entre os anos, o que acabou por compensar a redução da taxa de câmbio (-7,7%) e da produção (-6,1%).

– **CFT:** Nos primeiros quatro meses de 2011 o crescimento foi de 36,0% (+R\$ 238,26). No bimestre foram arrecadados R\$750,35 milhões, o que representou aumento de 248,9% (+R\$535,26 milhões). O fluxo de receita dos CFT foi programado para ser decrescente, encerrando-se em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando grande parte da receita para 2011 com seu fim já em 2012. Desta forma, a receita a ser verificada em 2011 será maior que a de 2010.

– **Receitas Financeiras:** Tiveram um aumento de 15% (+R\$ 11,16 milhões). Este crescimento se deve principalmente ao aumento de 34,29% da taxa SELIC, que passou de 8,75% no 2º bimestre de 2010 para 11,75% no mesmo período de 2011. Todavia o acumulado segue o crescimento do bimestre com o percentual de 20,1% (+R\$ 27,40 milhões).

III.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado neste bimestre sofreu acréscimo de R\$61,88 milhões (+7,5%) em relação ao mesmo período

Tabela 11

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV) | | var % |
|---------------------------|------------------------------|--------|-------|
| | 2010 | 2011 | |
| Produção (milhões de bbl) | 96,92 | 91,06 | -6,1% |
| Brent (US\$/bbl) | 74,96 | 100,12 | 33,6% |
| Taxa de Câmbio (R\$/US\$) | 1,81 | 1,67 | -7,7% |

A Receita Patrimonial cresceu 44,1% causada pela antecipação feita pelo RIOPREVIDENCIA dos Certificados Financeiros do Tesouro. No bimestre essa rubrica cresceu 248,9% (+R\$535,26 milhões)

de 2010. A justificativa reside no aumento das receitas de transferências da União (+14,6%) e do FUNDEB (+11,9%), que juntas representam 97,73% do total transferido em 2011. Em relação ao acumulado temos uma arrecadação de R\$ 1.867,30 milhões, sendo 15,0% superior ao mesmo período do exercício anterior.

III.1.3.1. Transferências da União

Representaram, no bimestre, 51,82% do total e somaram R\$458,80 milhões. Os repasses de FPE, IPI-exp, SUS e Salário Educação foram os principais repasses feitos pela União nesse bimestre representando 88,15% do total. Isso também se reflete no acumulado.

- **FPE:** Com crescimento de 23,7% essa rubrica alcançou no bimestre R\$ 136,31 milhões de reais. No acumulado o crescimento foi de 32,8%, atingindo o patamar de +R\$ 76,48 milhões. Com o crescimento das receitas da União os repasses feitos nesta rubrica também crescem. O IR e o IPI que são as receitas que compõem o fundo aumentaram mais de 20% em relação a 2010.

IPI-EXP: Como indicado na Tabela 14, o crescimento, até abril foi 47,9% (+R\$ 81,47). Contudo, no bimestre, aumentou 40,2% (+R\$32,85 milhões), fruto do bom desempenho da economia nacional e fluminense e também do aumento do coeficiente de participação do Rio de Janeiro neste tributo (+12,46%) em 2011 em relação ao ano anterior. Também contribuiu a desoneração da linha branca ocorrido no primeiro quadrimestre de 2010.

- **SALÁRIO EDUCAÇÃO:** Com R\$54,04 milhões e R\$ 19,28 milhões arrecadados, esta receita teve crescimento de 16,0% e 18,0%, no bimestre e no acumulado respectivamente, em relação ao ano passado. Os recursos do salário-educação vêm da contribuição social das empresas públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com alíquota de 2,5%. O valor é arrecadado mensalmente pela Receita Federal, que o transfere ao FNDE, responsável pela distribuição entre estados e municípios. O aquecimento da economia

Tabela 12

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|----------------------------------|--------------------------------|---------------|-------------|------------------------------|-----------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS | 823,53 | 885,41 | 7,5% | 1.624,15 | 1.867,30 | 15,0% |
| Transf da União | 400,43 | 458,80 | 14,6% | 810,59 | 993,61 | 22,6% |
| FPE | 110,20 | 136,31 | 23,7% | 232,96 | 309,45 | 32,8% |
| IPI exp | 81,71 | 114,55 | 40,2% | 169,94 | 251,42 | 47,9% |
| IOF | 0,00 | 0,01 | 122,3% | 0,01 | 0,02 | 173,3% |
| CIDE | 23,17 | 24,23 | 4,6% | 46,21 | 48,56 | 5,1% |
| SUS | 103,95 | 99,51 | -4,3% | 204,85 | 211,83 | 3,4% |
| Salário Educação | 46,57 | 54,04 | 16,0% | 107,21 | 126,49 | 18,0% |
| Lei Kandir | 14,30 | 14,30 | 0,0% | 28,59 | 28,59 | 0,0% |
| Demais Transf. da União | 20,52 | 15,85 | -22,8% | 20,81 | 17,26 | -17,1% |
| FUNDEB | 363,43 | 406,50 | 11,9% | 726,98 | 829,52 | 14,1% |
| Convênios | 59,67 | 10,86 | -81,8% | 86,23 | 33,97 | -60,6% |
| Outras Transf. Corr. | 0,00 | 9,24 | 230114,1% | 0,35 | 9,38 | 2573,4% |

brasileira aumenta o número de empregados registrados, o que reflete na folha de pagamento das empresas e aumenta o volume de recursos a serem recolhidos.

– **FUNDEB:** As receitas deste fundo equivaleram no bimestre a 45,91% do total de transferências e por isso merecem destaque. O total arrecadado no bimestre foi de R\$406,50 milhões, acréscimo de 11,9% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$43,08 milhões), a tendência de crescimento é representado também no acumulado, onde o aporte foi de 14,1% (+R\$ 102,55). Este aumento ocorreu apesar da diminuição do coeficiente de retorno do FUNDEB¹⁶ ao Estado em 1,86% entre 2010 e 2011, já que tal redução foi compensada pelo bom desempenho da arrecadação estadual no bimestre.

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-1,86%), estas transferências tiveram incremento de 11,9% no acumulado do ano resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram decréscimo de 18,1% no bimestre em relação ao ano passado (-R\$92,57 milhões). No acumulado a queda foi de -5,2% (-R\$ 44,38 milhões). Este desempenho negativo é reflexo da queda das receitas de Contribuição, Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa, que juntas tiveram uma redução de -R\$88,55 milhões. Entretanto podemos verificar que a redução no acumulado foi de -5,2 %.

– **Receita de Contribuições:** no bimestre identificamos uma pequena redução de R\$ 6,74 milhões, contudo, ao analisarmos o acumulado, houve um incremento de R\$13,30 milhões (+4,2%), que está concentrado no âmbito dos servidores civis ativos e pensionistas. No caso dos servidores ativos, este acréscimo é decorrente dos aumentos salariais concedidos em junho de 2010. No tocante aos pensionistas, a variação positiva também é derivada dos aumentos salariais e da aceleração nas revisões administrativas dos valores pagos.

Tabela 13

DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|----------------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|------------------------------|---------------|--------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| DEMAIS RECEITAS CORRENTES | 512,44 | 419,87 | -18,1% | 855,61 | 811,23 | -5,2% |
| Receita de Contribuições | 173,07 | 166,33 | -3,9% | 317,11 | 330,41 | 4,2% |
| Receita Agropecuária | 0,01 | 0,01 | 29,4% | 0,02 | 0,03 | 44,6% |
| Receita Industrial | 0,42 | 0,03 | -91,9% | 2,50 | 0,08 | -96,8% |
| Receita de Serviços | 51,00 | 53,24 | 4,4% | 90,70 | 94,95 | 4,7% |
| Multas e Juros de Mora | 105,10 | 72,04 | -31,5% | 145,15 | 131,44 | -9,4% |
| Indenizações e Restituições | 25,53 | 20,48 | -19,8% | 44,84 | 37,33 | -16,8% |
| Dívida Ativa | 85,65 | 30,16 | -64,8% | 101,22 | 61,00 | -39,7% |
| Receitas Diversas | 71,68 | 77,58 | 8,2% | 154,06 | 156,00 | 1,3% |

¹⁶ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,395999089041 em 2010 para 0,38863487778 em 2011 (-1,86%). Dados disponíveis no site: www.fnnde.gov.br

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** ambas as receitas exibiram redução no período: -R\$33,06 milhões (-31,5%) e -R\$55,49 (+64,8%), respectivamente. Esses resultados são efeito do REFIS estadual, que permitiu o pagamento a vista ou parcelado de débitos tributários ou sua compensação com precatórios. O programa, que foi instituído no segundo bimestre de 2010, levou ao aumento da quitação da dívida até 31 de maio de 2010, á vista, com benefícios no recolhimento de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa.

A queda de 19,8% das receitas de Indenizações e Restituições (-R\$5,05 milhões) é consequência basicamente da redução das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado (- R\$ 5,21 milhões). Esta rubrica teve receita elevada nos primeiros meses de 2010 devido à transição de servidores entre regimes, autorizada pela Constituição Federal em 1988.

As Receitas Diversas apresentaram aumento de R\$ 5,90 milhões (8,2%). Esta aumento está relacionada a alienação de bens apreendidos, assim como as demais receitas, responsáveis aumento no bimestre. Este crescimento também se estende no acumulado do ano, que foi de 1,3%.

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital – aquelas que alteram o patrimônio duradouro do estado – tiveram significativo aumento de R\$360,66 milhões em relação ao ano pretérito (+285,5%), efeito majoritariamente do incremento nas receitas de Alienação de Bens e Transferências de Capital, o que justifica o aumento no acumulado, que foi de 314,3% (+R\$267,09 milhões)

As transferências de capital foram as que apresentaram desempenho mais favorável. No acumulado houve um aumento de 543,2% (+R\$ 315,79 milhões), Na comparação bimestral ocorreu aumento de R\$179,08 milhões (+995,7%) em relação ao mesmo período de

Tabela 14

RECETA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR) | | var % |
|----------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|------------------------------|---------------|---------------|
| | 2010 | 2011 | | 2010 | 2011 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 93,57 | 360,66 | 285,5% | 168,16 | 696,72 | 314,3% |
| Operações de Crédito | 48,86 | 2,10 | -95,7% | 55,99 | 17,68 | -68,4% |
| Alienação de Bens | 0,00 | 131,51 | - | 0,00 | 246,89 | - |
| Amortiz. de Empréstimos | 26,72 | 29,98 | 12,2% | 54,03 | 58,21 | 7,7% |
| Transf. de Capital | 17,99 | 197,07 | 995,7% | 58,14 | 373,93 | 543,2% |
| Outras Rec. de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,00 | 0,00% |



2010. Isto se deu basicamente pelo aumento das receitas de convênio com a União destinado a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além das transferências federais para a cobertura do desastre na Região Serrana causada pelas chuvas do início do ano.

A receita da rubrica “Alienação de Bens” foi de R\$131,51, e R\$246,89 milhões, no bimestre e no acumulado, respectivamente, por conta da venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA.

As operações de crédito, por outro lado, caíram 95,7% (-R\$46,76 milhões), alcançando apenas R\$2,10 milhões, referente ao programa Delegacia Legal.

BOX 01 – PANORAMA ECONOMICO DO ESTADO.

A Indústria nacional cresceu no segundo bimestre (+1,1%) em relação ao primeiro bimestre de 2011. Esse crescimento se deu majoritariamente pelo crescimento da Indústria de Transformação (+1,0%) no mesmo período. Entretanto, o ‘patamar’ da atividade industrial no segundo bimestre de 2011 é inferior ao do segundo bimestre de 2010 (-1,3%). Já a produção da Indústria fluminense cresceu com mais força que a nacional no segundo bimestre (+2,3%) em relação ao primeiro bimestre de 2011. Quando o desempenho da produção da Indústria fluminense do segundo bimestre de 2011 é comparado ao mesmo período de 2010, observa-se crescimento de 3,4%, o que é explicado pela produção da indústria de transformação, cujo crescimento foi de 6,8%, no mesmo período. O resultado geral da indústria não foi mais expressivo, porque foi amenizado pelo recuo da produção da indústria extrativa (-9,4%).

Quanto aos indicadores do comércio, as vendas do varejo seguem um padrão sazonal, tanto no Rio como no Brasil. A série histórica do volume de vendas varejista cresce no fim do ano e cai nos meses iniciais do ano. Variáveis econômicas com mercado padrão sazonal são melhor interpretadas, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, isto é, a melhor ‘fotografia’ do setor é dada pela comparação do segundo bimestre de 2011 com o segundo bimestre de 2010. O resultado mostra que as vendas no varejo brasileiro cresceram 12%. No Estado no Rio de Janeiro, tomado o mesmo período de comparação, o crescimento das vendas no varejo foi de 13,1%.

O indicador de vendas do comércio varejista considera a receita nominal do setor, sendo necessário apontar que, para o período do segundo bimestre de 2011 ao do segundo bimestre de 2010, a inflação estadual foi de 6,5%. De acordo com o IPC-DI Brasil, a inflação no mesmo período foi de 6,0%.

O nível de atividade também pode ser medido pela população economicamente ativa (PEA). Este indicador no Brasil cresceu 1,3% no segundo bimestre de 2011 em relação ao mesmo bimestre do ano anterior; para este mesmo período, a PEA do Rio de Janeiro aumentou 0,8%. Em consequência, a taxa média de desemprego na região metropolitana do Rio diminuiu 21% no mesmo período, enquanto no Brasil a média diminuiu 13%. Essa queda da taxa de desemprego no estado pode resultar do aumento do emprego formal ou informal. No segundo bimestre 2011, o número de empregados sem carteira assinada era 0,8% menor que no segundo bimestre 2010 (enquanto que no Brasil, o emprego informal caiu 3,6%). Para este mesmo período, o emprego formal do Rio aumentou (+4,3%) seu nível, seguindo a tendência nacional (+6,6%).

| PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE | | | | | |
|--|-----|----------------------------|---------------|-----------------------------|---------------|
| PRODUÇÃO E VENDAS | | Variação mensal (%) | | Variação em 12 meses | |
| | | mar/11 | abr/11 | mar/11 | abr/11 |
| Produção na Indústria Geral (1) (9) | BR | 9,3% | -6,4% | -1,4% | -1,3% |
| | ERJ | 2,0% | 2,6% | -0,4% | 7,3% |
| Produção na Indústria Extrativa (1) (9) | BR | 7,0% | -0,6% | 0,0% | 1,5% |
| | ERJ | 12,4% | -5,1% | -8,1% | -10,6% |
| Produção na Indústria de Transformação (1) (9) | BR | 9,4% | -6,7% | -1,4% | -1,5% |
| | ERJ | -0,3% | 4,4% | 1,7% | 12,1% |
| Vendas no Varejo (2) (9) | BR | 9,0% | 2,3% | 8,7% | 15,4% |
| | ERJ | 4,8% | 1,3% | 9,0% | 17,4% |
| ÍNDICE DE PREÇOS | | Variação mensal (%) | | Variação em 12 meses | |
| | | mar/11 | abr/11 | mar/11 | abr/11 |
| Índice de Preços ao Consumidor (3) | BR | 0,7% | 0,9% | 5,9% | 6,1% |
| | ERJ | 0,7% | 1,1% | 6,5% | 6,5% |
| OCUPAÇÃO E RENDA | | Variação mensal (%) | | Variação em 12 meses | |
| | | mar/11 | abr/11 | mar/11 | abr/11 |
| Pessoas Economicamente Ativas (4) | BR | 0,5% | 0,1% | 1,2% | 1,4% |
| | ERJ | -0,2% | -1,2% | 0,6% | 1,0% |
| Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9) | BR | -1,7% | - | 1,7% | - |
| | ERJ | -3,0% | - | 3,9% | - |
| Empregado sem carteira (6) | BR | 1,4% | 1,1% | -3,7% | -3,4% |
| | ERJ | 1,7% | -1,9% | -0,3% | -1,3% |
| Empregado com carteira (7) | BR | 1,1% | 0,3% | 6,7% | 6,4% |
| | ERJ | 0,2% | 1,9% | 3,5% | 5,0% |
| DESEMPREGO | | mar/11 | abr/11 | mar/11 | abr/11 |
| Taxa de Desocupação (8) | BR | 6,5 | 6,4 | 7,6 | 7,3 |
| | ERJ | 4,9 | 4,8 | 6,4 | 5,9 |

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de abril de 2011. PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa

Por conta de alterações orçamentárias autorizadas no período janeiro/abril, ao final do primeiro quadrimestre, a despesa inicial de R\$56,2 bilhões, fixada na Lei nº 5.858/2011, já atinge R\$57,5 bilhões com acréscimo de R\$1,3 bilhão, dos quais R\$260,9 milhões são recursos do Tesouro e R\$1,1 bilhão são recursos de Outras Fontes. A Tabela 16 demonstra a distribuição por Poder.

O acréscimo de R\$260,9 milhões do Tesouro é proveniente de Operações de Crédito, sendo R\$242,9 milhões continuidade ao contrato firmado com a CEF para a contrapartida do PAC, especificamente obras nas comunidades da Rocinha, Alemão e Manguinhos, e os restantes R\$18 milhões, se referem à operação contratada com o BNDES, para expansão do Metrô, mais especificamente para finalização das obras da estação General Osório.

Do montante referente às demais fontes de recursos (R\$1,1 bilhão), R\$619,6 milhões vieram suplementar dotações financiadas com recursos de convênios. A maior parcela (R\$473,2 milhões) foi alocada na SEOBRAS para aplicação em intervenções na região Serrana (R\$118 milhões), no contorno de Volta Redonda (R\$20 milhões) e no Programa Somando Forças (R\$335,0 milhões). Ainda no âmbito de convênios, as despesas da SEEDUC foram contempladas com mais R\$89,0 milhões, provenientes de superávit financeiro, recursos do FNDE repassados em 2010 (para obras em unidades escolares) não aplicados no exercício.

Nas demais fontes de recursos, o aumento de R\$429,7 milhões se dá por conta da incorporação de superávit financeiro/2010, basicamente do Fundo do Tribunal de Justiça (+R\$268,0 milhões) e outros recursos provenientes de compromissos de compra e venda de áreas e imóveis para construção de distrito industrial, alocados na CODIN (+R\$80 milhões).

O orçamento previsto para 2011 é de R\$57,5 bilhões, 14,9% maior que 2010. No entanto, mantendo a postura conservadora, ainda permanecem contingenciados R\$1,4 bilhão.

Neste 1º quadrimestre, os recursos provenientes de convênios reforçaram o orçamento da SEOBRAS em R\$118 milhões para intervenções na Região Serrana.

Mantendo a postura conservadora adotada no início do exercício, consequência do acréscimo de receita aprovado pelo Poder Legislativo, parte do orçamento (R\$1,4 bilhão) permanece indisponível até que a revisão da estimativa de receita aponte para a possibilidade de liberação. Em relação ao bimestre anterior foram liberados R\$99 milhões para aplicação em obras emergenciais. Embora a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 9º permita a extensão do contingenciamento aos demais Poderes, a medida só atinge dotações do Poder Executivo.

Tabela 15

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-ABR 2010 / JAN-ABR 2011

R\$ Milhões

| PODER EXECUTIVO | | | | | | | | |
|-----------------|----------------------|---------------|------------------------------|--------------|---------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| ANO | TIPO | LOA | DOT. ATUAL 1ºQUADRIMESTRE | CONTING. | DISP. | COTA ORÇAM. LIBERADA 2º TRIM* | EMP. 1º QUAD | LIQ. 1º QUAD |
| 2010 | DESPESA SEM INTRA | 41.562 | 43.131 | 86 | 43.045 | | 16.512 | 13.664 |
| | DESPESA INTRA | 1.586 | 1.600 | | 18 | | 484 | 471 |
| | DESPESA TOTAL | 43.148 | 44.732 | 86 | 43.063 | 29.473 | 16.996 | 14.135 |
| 2011 | DESPESA SEM INTRA | 49.826 | 50.953 | 1.448 | 49.505 | | 17.215 | 14.990 |
| | DESPESA INTRA | 1.771 | 1.733 | | 1.733 | | 563 | 529 |
| | DESPESA TOTAL | 51.597 | 52.686 | 1.448 | 51.238 | 26.860 | 17.778 | 15.519 |
| OUTROS PODERES | | | | | | | | |
| ANO | TIPO | LOA | DOT. ATUAL 1ºQUADRIMESTRE | CONTING. | DISP. | COTA ORÇAM. LIBERADA 2º TRIM** | EMP. 1º QUAD | LIQ. 1º QUAD |
| 2010 | DESPESA SEM INTRA | 3.985 | 3.989 | | 3.989 | | 1.801 | 1.150 |
| | DESPESA INTRA | 271 | 282 | | 282 | | 163 | 55 |
| | DESPESA TOTAL | 4.256 | 4.271 | | 4.271 | | 1.964 | 1.205 |
| 2011 | DESPESA SEM INTRA | 4.268 | 4.553 | | 4.553 | | 2.386 | 1.327 |
| | DESPESA INTRA | 349 | 341 | | 341 | | 164 | 89 |
| | DESPESA TOTAL | 4.617 | 4.895 | | 4.895 | | 2.550 | 1.415 |

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 24/05/2011

* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

Com o intuito de preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro, mecanismo que resultou na recuperação da credibilidade do Estado, a liberação trimestral de dotações do Poder Executivo para efeito de empenho (a cota orçamentária) tornou-se ferramenta indispensável ao planejamento orçamentário dos órgãos setoriais. No período janeiro/abril, no âmbito do Poder Executivo, a despesa empenhada representou 66,1% da cota orçamentária liberada para o semestre, percentual de execução compatível com os quatro meses de execução,

restando 34% para os dois meses seguintes, o que demonstra a regularidade da realização da despesa. Em 2010 esse percentual foi de 57,6% (Tabela 15).

Ainda no âmbito do Poder Executivo, a execução do 1º quadrimestre de 2011 foi maior que a de 2010 em R\$782 milhões (+4,60%). A relação despesa liquidada/despesa empenhada apresenta melhora em 2011 (87,29%) contra os 83,17% em 2010. A redução do intervalo entre essas duas fases da despesa aponta para maior celeridade no processo de execução orçamentária.

Já no âmbito dos Outros Poderes o cenário é diferente: a relação despesa liquidada/despesa empenhada em 2011, é de 55,50%. Essa diferença é explicada pela emissão de empenhos globais para as despesas que ocorrem mensalmente ao longo do exercício, metodologia que compromete de uma só vez maior volume de recursos, mas que serão liquidados de forma parcelada a cada mês. **Nesse caso, está o Ministério Público, cujo valor da dotação empenhada para despesas de pessoal é o triplo do valor liquidado no período.** Analisando ainda os valores da Tabela 16 no âmbito dos Outros Poderes, a despesa empenhada apresentou incremento de R\$ 586 milhões, (+29,83%) em relação a igual período de 2010.

Sob a ótica da origem dos recursos (Tabela 17), 55,30% das despesas realizadas no período, foram financiados com recursos provenientes de Impostos (ICMS, IPVA e ITD), sendo que 46,20% cumpriram transferências constitucionais, confirmando a pequena margem de discricionariedade do Estado. Comparada ao primeiro quadrimestre de 2010, a despesa total realizada no período aumentou R\$1,502 bilhão. No âmbito das despesas financiadas com recursos do Tesouro, o aumento de 8% (+R\$879,2 milhões) reflete patamar idêntico a igual período de 2010, isto por força do contingenciamento imposto neste início do exercício de 2011, conforme já comentado anteriormente. De forma isolada, o expressivo aumento percentual registrado nas despesas financiadas com transferências constitucionais

Tabela 16

DESPESA LIQUIDADA POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2010/ JAN-ABR 2011

R\$ MILHÕES

| DISCRIMINAÇÃO | 1º QUA 2010 | 1º QUA 2011 | VAR % |
|---|----------------|----------------|--------------|
| RECURSOS DO TESOURO | 11.056 | 11.935 | 8,0% |
| PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00) | 7.771 | 9.023 | 16,1% |
| NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01) | 232 | 88 | |
| ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)** | 1.839 | 1.429 | -22,3% |
| SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05) | 88 | 45 | -48,9% |
| FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06) | 172 | 414 | 140,0% |
| DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07) | 124 | 372 | 199,2% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11) | 307 | 7 | -97,8% |
| FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22) | 507 | 527 | 4,0% |
| DEMAIS FONTES* | 15 | 30 | 97,2% |
| RECURSOS DE OUTRAS FONTES | 3.758 | 4.381 | 16,6% |
| ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10) | 2.856 | 3.396 | 18,9% |
| CONVÊNIOS | 195 | 203 | 4,3% |
| FUNDEB (FR 15) | 525 | 604 | 15,2% |
| SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25) | 133 | 107 | -19,5% |
| DEMAIS FONTES** | 50 | 71 | 41,2% |
| TOTAL GERAL | 14.814 | 16.316 | 10,1% |

* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99

** Em 2010 a FR 04 inclui as despesas financiadas com recursos provenientes de Marlim.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 24/05/2011

da União, recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE (FR 06) +R\$241,3 milhões, e de outras Transferências da União Provenientes de Impostos (FR 07) +R\$247,6 milhões, se dá por conta da alocação desses recursos, basicamente, em despesas não discricionárias, especificamente, pagamento do serviço da dívida, que segue rígido cronograma de pagamento.

Diferente de 2010, a aplicação de recursos provenientes de operações de crédito ainda se mantém muito modesta, reflexo da receita realizada no período (R\$ 17,6 milhões), apenas 0,64% da receita estimada para o exercício. O gasto de R\$6,8 milhões é inferior ao de 2010 em aproximadamente 98%. Esse cenário assumirá outro perfil, a partir do segundo semestre quando serão arrecadados recursos de operações de crédito para pagamento da dívida, permitindo que recursos livres do Tesouro sejam aplicados em programas estratégicos do Governo.

A Tabela 17, a seguir, demonstra a despesa realizada segundo sua destinação por Grupo de Despesa e por Poder, observando-se que, percentualmente, o crescimento da despesa do quadrimestre, em relação a 2010, foi maior no âmbito dos gastos dos demais Poderes, 15,34%, contra 9,70% do Executivo.

As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo cresceram R\$359,0 milhões (+14,44%) em relação a 2010. Se considerados gastos com inativos, e pensionistas (+16,62%), que embora sejam classificados em outro grupo de despesa, são inerentes a pessoal, a variação do período passa para +31,06% (+R\$769,7 milhões). Anualizado esse aumento, o resultado ao final do exercício deverá ultrapassar R\$2,3 bilhões. O impacto financeiro decorrente da concessão dos reajustes salariais concedidos às diversas categorias a partir de julho/2010 foi calculado dentro da capacidade de pagamento do Estado, preservando o equilíbrio orçamentário e financeiro e a gestão fiscal responsável

O aumento da despesa com Pessoal, neste quadrimestre, foi de R\$359 milhões, como consequência dos reajustes salariais concedidos em 2010.

Tabela 17
DESPESAS POR GRUPO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-ABR2010 / JAN-ABR 2011

| CATEGORIA ECONÔMICA | GRUPO | R\$ MIL | | VAR % |
|---------------------|---|-------------------|-------------------|----------------|
| | | 2010 JAN-ABR | 2011 JAN-ABR | |
| CORRENTE | 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 3.435.140 | 3.903.864 | 13,64% |
| | 1.1 - PODER EXECUTIVO | 2.486.173 | 2.845.177 | 14,44% |
| | 1.2 - OUTROS PODERES | 948.967 | 1.058.687 | 11,56% |
| | 2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 764.968 | 835.349 | 9,20% |
| | 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 9.226.629 | 10.452.625 | 13,29% |
| | 3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO | 1.725.396 | 2.006.541 | 16,29% |
| | 3.1.1 - PODER EXECUTIVO | 1.547.759 | 1.800.473 | 16,33% |
| | 3.1.2 - OUTROS PODERES | 177.638 | 206.069 | 16,01% |
| | 3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS | 2.470.854 | 2.881.588 | 16,62% |
| | 3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS | 5.030.379 | 5.564.495 | 10,62% |
| | 3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE) | 1.223.600 | 1.275.635 | 4,25% |
| | 3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB | 1.308.680 | 1.480.461 | 13,13% |
| | 3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS | 2.498.099 | 2.808.399 | 12,42% |
| CAPITAL | 4 - INVESTIMENTOS | 1.028.798 | 579.787 | -43,64% |
| | 4.1 - PODER EXECUTIVO | 548.260 | 518.014 | -5,52% |
| | 4.2 - OUTROS PODERES | 20.478 | 61.773 | 201,65% |
| | 4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS (MARLIN) | 460.059 | | |
| | 5 - INVERSÕES FINANCEIRAS | 6.544 | 1.759 | -73,11% |
| | 6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 352.227 | 543.018 | 54,17% |
| TOTAL GERAL | | 14.814.306 | 16.316.401 | 10,14% |

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 24/05/2011

No âmbito das despesas correntes vale analisar, de forma isolada, os gastos de custeio, despesas discricionárias que pagam a manutenção de todos os órgãos. Tanto no Executivo quanto nos demais Poderes o incremento registrado foi de pouco mais de 16%.

No Poder Executivo, o incremento do custeio foi de +R\$252,7 milhões, com maior participação do Bilhete Único (+R\$85,4 milhões), seguido do FES (+R\$52,1 milhões) e da PMERJ (+R\$30,49 milhões). Despesas de custeio não discricionárias pagas em EGE-SEFAZ, cresceram R\$41,8 milhões. Avaliando-se isoladamente o aumento do custeio nas três áreas fim apontadas, saúde, transporte e policiamento o incremento de R\$167,9 milhões, corresponde a 66,4% da variação do período, reflexo da expansão da oferta de serviços nessas áreas.

O pagamento do serviço da dívida (juros e amortização) requereu, neste primeiro quadrimestre, mais 23,38% (+ R\$261,1 milhões), dos quais R\$190,7 milhões desse

O Bilhete Único, que vem atendendo um número cada vez maior de usuários, é responsável por boa parte da variação nas despesas de custeio. O número de transações já atinge 23,95 milhões no mês de abril. Crescimento de 45% em relação a abril/2010.

A expansão da oferta de serviços nas áreas de Segurança e Saúde, também repondem por esse aumento.

aumento se destinaram às amortizações. A variação no pagamento da dívida será detalhada mais adiante.

A aparente redução da aplicação dos recursos em investimentos não reflete a realidade do período. A correta análise exige que seja subtraído em 2010 o valor de R\$460,0 milhões referente ao cumprimento do contrato firmado entre o ERJ e o BB - Operação de Cessão de Direitos que antecipou receitas oriundas do acerto Marlim creditadas ao Estado em 2009. Comparando-se os R\$568,7 milhões restantes com o montante aplicado em 2011, R\$579,7 milhões, o aumento é de pouco mais de 1%. Em valores absolutos vale registrar o aumento de R\$41,2 milhões no TJ e de R\$47,6 milhões na SEOBRAS, registrado, basicamente, no Programa Somando Forças, cuja ação “Apoio ao Desenvolvimento Local” executou 65% da dotação disponível e nas obras do Maracanã, iniciadas nesse quadrimestre, cuja aplicação de R\$ 10 milhões contribui para o incremento do período.

Ainda utilizando-se de informações da **Tabela 17**, pode-se avaliar o poder discricionário do Executivo. As obrigações constitucionais e o serviço da dívida requereram 46,31% do gasto do período (R\$6,9 bilhões), e, dos restantes 53,68% (R\$8,0 bilhões), 71,11% pagaram despesas de pessoal ativo e inativo (R\$5,7 bilhões), restando, apenas, R\$2,3 bilhões para custeio de todos os órgãos e investimentos prioritários do Governo, aí incluídas as áreas de Saúde, Educação, FECAM e FAPERJ sujeitas à limite mínimo de execução.

A aplicação dos recursos no bimestre por função de governo segue demonstrada na Tabela 18 ao lado.

Devido ao restrito poder discricionário do Estado, já comentado anteriormente, o maior comprometimento é requerido pela Função Encargos Especiais (39,08%). Em seguida, registram-se as participações das funções Previdência (18,24%) e Educação (11,33%). Gráfico 1.

Embora em valores absolutos o valor não seja significativo, a maior variação percentual, no período, está

Neste quadrimestre, o poder discricionário do Governo correspondeu a apenas 15,4% do gasto total do Executivo, isto é montante de recursos destinados à custeio e investimentos, uma vez que a outra parcela da despesa destinou-se à obrigações constitucionais, dívida e pagamento de Pessoal.

Tabela 18

DESpesas POR FUNÇÃO DE GOVERNO
DESPEsa LIQUIDADa JAN-ABR 2010 / JAN-ABR 2011

| DISCRIMINAÇÃO | 1º QUA 2010 | 1º QUA 2011 | Δ % 2010 /2011 |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| ADMINISTRAÇÃO | 398.636.365 | 454.128.564 | 13,9% |
| AGRICULTURA | 57.009.283 | 48.630.285 | -14,7% |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 56.840.901 | 48.395.664 | -14,9% |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 62.489.033 | 64.757.725 | 3,6% |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 66.477.723 | 59.745.350 | -10,1% |
| COMUNICAÇÕES | 60.982.824 | 21.617.168 | -64,6% |
| CULTURA | 32.318.765 | 33.665.214 | 4,2% |
| DESPORTO E LAZER | 16.276.452 | 30.160.781 | 85,3% |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 61.683.427 | 85.444.133 | 38,5% |
| EDUCAÇÃO | 1.669.543.491 | 1.848.230.527 | 10,7% |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 6.075.601.904 | 6.375.891.379 | 4,9% |
| ESSENCIAL À JUSTIÇA | 373.757.459 | 418.568.614 | 12,0% |
| GESTÃO AMBIENTAL | 77.643.481 | 92.405.898 | 19,0% |
| HABITAÇÃO | 43.160.189 | 39.526.176 | -8,4% |
| INDÚSTRIA | 13.792.153 | 15.564.263 | 12,8% |
| JUDICIÁRIA | 679.765.954 | 828.634.648 | 21,9% |
| LEGISLATIVA | 261.612.613 | 275.844.334 | 5,4% |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 1.192.202 | 1.752.972 | 47,0% |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 2.514.169.552 | 2.976.555.793 | 18,4% |
| SANEAMENTO | 895.725 | 6.113.520 | 582,5% |
| SAÚDE | 780.820.514 | 827.580.676 | 6,0% |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 1.024.542.969 | 1.220.105.551 | 19,1% |
| TRABALHO | 8.176.514 | 5.751.497 | -29,7% |
| TRANSPORTE | 316.665.472 | 343.132.060 | 8,4% |
| URBANISMO | 160.251.041 | 194.198.513 | 21,2% |
| TOTAL | 14.814.306.007 | 16.316.401.305 | 10,1% |

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 24/05/2011

registrada na função Saneamento, por conta de obras do PAC, iniciadas neste exercício, abastecimento de água na Baixada Fluminense e São Gonçalo, seguida do crescimento da aplicação de recursos em Desporto e Lazer refletindo o aumento do gasto no fomento ao esporte, Projeto Rio 2016, antes chamado SUDERJ EM FORMA, que vem se expandindo, inclusive pela instalação de novos núcleos em comunidades pacificadas. O incremento na função Direitos da Cidadania se dá, por conta do pagamento de pessoal da SEAP, refletindo o reajuste concedido em julho.

Gráfico 1

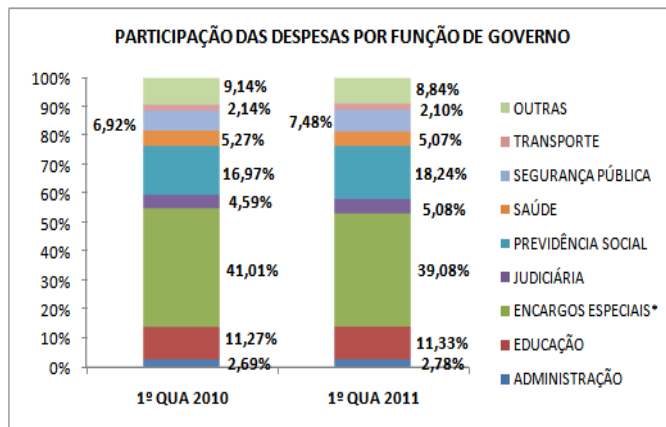


Tabela 19

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

| PERÍODO | EM R\$ MIL | |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| | JAN- ABR 2010 | JAN- ABR 2011 |
| EDUCAÇÃO | | |
| RECEITA BASE | 7.603.300 | 8.700.197 |
| DESPESA LIQUIDADADA* | 1.663.517 | 1.883.848 |
| MÍNIMO A SER APLICADO (25%) | 1.900.825 | 2.175.049 |
| % ÍNDICE | 21,88% | 21,65% |
| SAÚDE | | |
| RECEITA BASE | 6.306.453 | 7.217.918 |
| DESPESA LIQUIDADADA* | 672.077 | 747.829 |
| MÍNIMO A SER APLICADO (12%) | 756.774 | 866.150 |
| % ÍNDICE | 10,66% | 10,36% |
| FAPERJ | | |
| RECEITA BASE | 4.556.934 | 5.145.984 |
| DESPESA LIQUIDADADA* | 86.930 | 107.414 |
| MÍNIMO A SER APLICADO (2%) | 91.139 | 102.920 |
| % ÍNDICE | 1,91% | 2,09% |
| FECAM** | | |
| RECEITA BASE | 1.956.407 | 1.604.317 |
| DESPESA LIQUIDADADA* | 28.273 | 30.366 |
| MÍNIMO A SER APLICADO (5%) | 97.820 | 80.216 |
| % ÍNDICE | 1,45% | 1,89% |
| FEHIS | | |
| RECEITA BASE | 750.554 | 846.766 |
| DESPESA LIQUIDADADA* | 37.883 | 20.327 |
| MÍNIMO A SER APLICADO (10%) | 75.055 | 84.677 |
| % ÍNDICE | 5,05% | 2,40% |

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

Posição SIG/SIAFEM: 24/05/2011

** A receita base de 2010 desconsidera os R\$210,7 milhões de receita de MARLIN

IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a
17 Índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁸,
FECAM¹⁹ e FEHIS²⁰.

As despesas vinculadas são apuradas sempre ao final do exercício, para verificação do cumprimento do limite mínimo²¹ fixado, que no caso da Educação e Saúde está em legislação Federal e na FAPERJ, FECAM e FEHIS, em legislação Estadual. No entanto, a fim de acompanhar o ritmo de execução dessas despesas, neste item do Boletim, avalia-se os percentuais já aplicados nas áreas em questão no 1º quadrimestre de 2010 e 2011.

A tabela 20 apura os índices parciais executados no período.

Com exceção do FECAM, a base de cálculo das receitas aumentou cerca de 14% em relação à igual período do ano anterior, garantindo mais recursos para estas áreas. Na Educação, Saúde e FAPERJ, essa variação decorre de

17

¹⁸ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁹ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁰ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

²¹ **Limites Mínimos:**

Educação: 25% e Saúde 12% das receitas provenientes de impostos e transferências.

FAPERJ, 2% da receita de impostos e transferências deduzidas às vinculações legais; FECAM, 5% da receita de Royalties e Participações Especiais; FEHIS, 10% da receita do Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

alterações na base de cálculo, nas quais passaram a ser incluídas as receitas de Multas e Juros de Mora e da Dívida Ativa dos Tributos.

No FECAM, a redução de 18% na receita base, se justifica pelo decréscimo de 30% na arrecadação proveniente da Cota-Parte da Participação Especial Exploração de Petróleo e Gás Natural, que compõe 60% da base de cálculo.

Destaca-se que o ritmo da execução orçamentária da Saúde e da FAPERJ estão mais próximos da aplicação mínima exigida. Já a baixa aplicação de recursos no FEHIS se dá por conta da alocação de grande parte da dotação (66%) em programas do PAC II que ainda estão em fase inicial da implementação. A despesa total liquidada representa 51% do empenhado no mesmo período.

Com relação às despesas realizadas na função Educação cujo incremento foi de 13% (+R\$226 mm), a maior parcela destinou-se a pessoal (51%) e custeio (48%), aí incluídas as transferências ao FUNDEB que representam a maior parcela deste grupo.

Os investimentos da Educação, embora representem 1% da despesa liquidada do período, cresceram em 94% quando comparados com 2010, destinados basicamente à modernização das unidades da FAETEC e ao desenvolvimento de pesquisas apoiados pela FAPERJ.

A função Saúde possui um perfil semelhante ao da Educação, com crescimento das despesas liquidadas de 11%, e que foram destinadas basicamente à pessoal e custeio, despesas essenciais para a manutenção dos serviços prestados na Rede Estadual de Saúde.

Do total gasto em pessoal (R\$408 milhões), na área de Saúde, cerca de 20% (R\$80 milhões) foram destinados aos bombeiros alocados nas unidades de saúde.

Tabela 20

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS POR FUNÇÃO DE GOVERNO JAN-ABR 2010 / JAN-ABR 2011

| INVESTIMENTOS | LIQ. 2010 | LIQ. 2011 | % Δ 2010/2011 |
|---|------------------|----------------|---------------|
| PAC | 149.148 | 111.790 | -25,0% |
| Gestão Ambiental | 13.997 | 29.198 | 108,6% |
| Habitação | 20.104 | 13.306 | -33,8% |
| Saneamento | 887 | 5.714 | 544,2% |
| Urbanismo | 114.159 | 63.572 | -44,3% |
| URBANISMO E HABITAÇÃO | 40.096 | 121.123 | 202,1% |
| Projeto Somando Forças* | 38.974 | 51.927 | 33,2% |
| Demais ações ligadas à Área de Urbanismo | 1.121 | 69.196 | 6071,9% |
| Ações ligadas à Área de Habitação | 8.637 | 3.028 | -65,0% |
| TRANSPORTE | 141.257 | 117.518 | -16,8% |
| Implantação de Novas Linhas Metroviárias - Linha 4 | | 67.592 | |
| Contenção de Encostas e Taludes | 138 | 1.621 | 1076,7% |
| Demais Investimentos | 141.120 | 48.305 | -65,8% |
| JUDICIÁRIA | 19.430 | 60.898 | 213,4% |
| Edificação, Implantação e Recuperação Física do TJ | 17.750 | 52.346 | 194,9% |
| Demais Ações ligadas à Área Judiciária | 1.680 | 8.551 | 409,0% |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 34.361 | 52.202 | 51,9% |
| Atividades Operacionais da Polícia Militar | | 11.455 | |
| Modernização da Polícia Militar | | 6.395 | |
| Gerenciamento das Instituições Policiais | 209 | 10.304 | 4820,8% |
| Mod. e Reequip. das Unid Operacionais DETRAN | 21 | 550 | 2468,8% |
| Manutenção de Atividades Operacionais e Administrativas | 65 | 646 | 896,7% |
| Reestruturação das Delegacias Legais e Órg Investigativos | 3.582 | 15.617 | 336,0% |
| Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública | 30.484 | 7.235 | -76,3% |
| EDUCAÇÃO | 16.560 | 39.145 | 136,4% |
| Ampliação e Reequipamento da UERJ | 37 | 724 | 1868,8% |
| Desenvolvimento Técnico e Científico | 60 | 799 | 1225,5% |
| Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através FAPERJ | 7.006 | 23.865 | 240,7% |
| Operação do Hospital Universitário Pedro Ernesto | 147 | 410 | 178,9% |
| Ações ligadas à Área de Educação | 9.310 | 13.347 | 43,4% |
| SAÚDE | 73.194 | 19.657 | -73,1% |
| Expansão e Qualificação da Atenção Básica | | 2.876 | |
| Produção Industrial de Medicamentos | 244 | 668 | 173,4% |
| Ações ligadas à Área de Saúde | 72.949 | 16.113 | -77,9% |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 21.034 | 19.186 | -8,8% |
| Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para Desenvol. Socioecon. | 8.455 | 10.621 | 25,6% |
| Ações ligadas à Área de Ciência e Tecnologia | 12.579 | 8.565 | -31,9% |
| GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO | 28.881 | 19.577 | -32,2% |
| Prev. e Controle Ambiental e Inundações | | 5.046 | |
| Manutenção de Atividades Operacionais e Administrativas | 2 | 396 | 20770,0% |
| Programa de Proteção da Mata Atlântica - PPMA | 34 | 161 | 379,5% |
| Lixo Zero - FECAM | 426 | 561 | 31,7% |
| Desenvolvimento do Turismo ERJ - PRODETUR - RJ | 9 | 146 | 1546,6% |
| Demais Investimentos | 28.411 | 13.269 | -53,3% |
| ESSENCIAL À JUSTIÇA TOTAL | 3.973 | 9.936 | 150,0% |
| Centro de Estudos Jurídicos - PGE | | 4.177 | |
| Manutenção de Atividades Operacionais e Administrativas | 11 | 135 | 1089,6% |
| Ampliação e Modernização das Unidades da PGE | 2.599 | 4.737 | 82,2% |
| Fundo Especial do Ministério Público | 310 | 558 | 79,9% |
| Demais Investimentos | 1.053 | 329 | -68,7% |
| LEGISLATIVA | 99 | 238 | 140,7% |
| Ações de Planejamento e Fiscalização Recursos Públicos | 13 | 60 | 365,9% |
| Ampliação e Modernização das Instalações do TCE-RJ | 40 | 159 | 298,1% |
| Demais Investimentos | 46 | 20 | -57,1% |
| AGRICULTURA E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 23.519 | 1.049 | -95,5% |
| OUTRAS FUNÇÕES** | 8.550 | 4.438 | -48,1% |
| TOTAL (sem Restituição de Terceiros) | 568.739 | 579.787 | 1,9% |
| TOTAL GERAL (com Restituição de Terceiros) | 1.028.798 | 579.787 | -43,6% |

* Projetos:

Apoio ao Desenvolvimento Local em 2011

Projetos Especiais Modalidade 40 em 2010

** ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRVIDÊNCIA SOCIAL, INDÚSTRIA, COMUNICAÇÕES, DESPORTO E LAZER, DIREITO DA CIDADANIA, TRABALHO.

Exclui despesas Intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 24/05/2011

A FAPERJ, como agência de fomento a ciência, tecnologia e inovação, tem como objetivo contribuir para o estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento social. O Auxílio Financeiro a Pesquisadores e Estudantes, sua principal atividade finalística, correspondeu a 90% das despesas realizadas no primeiro quadrimestre de 2011.

Vale ressaltar que o montante liquidado pela FAPERJ obteve o maior incremento (+24%) em comparação à variação das demais áreas, o que contribuiu para que o índice nesse quadrimestre tenha ultrapassado o mínimo de 2% estabelecido.

BOX 02 – Aplicação de Recursos na área de Cultura

As ações da área de cultura do Estado do Rio de Janeiro são desenvolvidas pela própria Secretaria de Cultura (SEC) e por suas unidades vinculadas: FUNARJ – Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro, FCFB- Fundação Casa França do Brasil, FTMRJ – Fundação Theatro Municipal e FMIS – Fundação Museu da Imagem e do Som. Além dessas unidades administrativas, o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), órgão subordinado à SEC, desenvolve ações de preservação do patrimônio cultural e artístico no âmbito do território estadual.

A Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ) é a entidade do Governo do Estado responsável por um grande complexo de espaços culturais: 3 Casas de Cultura, 5 Museus, 7 Teatros, Sala Cecília Meirelles e Escola de Música Villa Lobos.

A Casa França-Brasil consolidou-se como um lugar privilegiado para a realização de exposições, oficinas e apresentações musicais. A despesa liquidada neste quadrimestre alcançou R\$997 mil (+155,61%), resultado de um calendário de exposições de maior qualidade e divulgação, repercutindo em um acréscimo de público de 464%.

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ), além das atividades regulares (exposições, sessões de cinema, cursos, seminários) vem realizando um programa de vídeo educativo que atende a estudantes da rede pública, pessoas da terceira idade e ONGs que trabalham com menores carentes. Sua nova sede está sendo construída em Copacabana, segundo padrões da UNESCO.

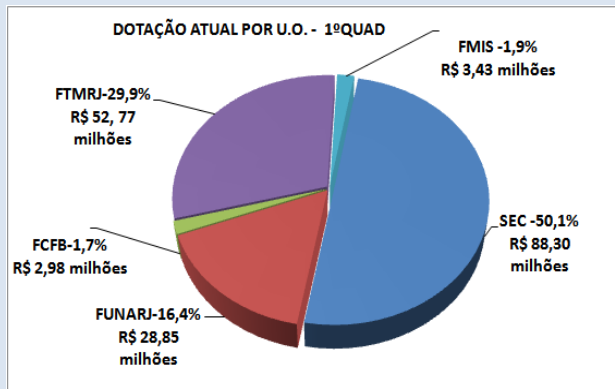
Para o exercício de 2011, a Cultura conta com um orçamento de R\$176,32 milhões distribuídos em Tesouro (R\$150 milhões) e Outras Fontes (R\$26,28 milhões, basicamente Convênios).

O gráfico ao lado apresenta a distribuição do orçamento entre as unidades da área de Cultura. A SEC fica com a maior parcela, 50,1% (R\$88,3 milhões), pois cabe a ela executar atividades finalísticas, obras de infra-estrutura e dar suporte a outras unidades da área cultural.

Neste quadrimestre, a área de Cultura já conta com diversas ações em andamento, totalizando uma despesa liquidada de R\$36,45 milhões, dos quais R\$24,27 milhões destinaram-se à pessoal, aí incluída toda a equipe artística do Theatro Municipal.

Os R\$11,88 milhões restantes destinaram-se a custeio e investimentos, onde se destacam as seguintes despesas:

- R\$1,91 milhão para a programação artística do Theatro Municipal;
- R\$1,09 milhão em projetos de Reforma e Reequipamento dos Espaços Culturais, destacando-se as obras de adaptação para acessibilidade a portadores de necessidades especiais nos teatros;
- R\$892,9 mil para ações de cultura e cidadania;
- R\$543,81 mil para atendimento a dezoito Editais de Fomento, atividades que refletem a preocupação da SEC com uma política de longo prazo, com o Estado apoiando manifestações e produções que não teriam chances de encontrar subsídios pelas leis do mercado;
- R\$ 116,74 mil destinados à aquisição do acervo (livros, jogos eletrônicos, DVDs) para bibliotecas de Manguinhos e Niterói e equipamentos de informática para a Biblioteca Parque da Rocinha;
- R\$170 mil para implantação de Incubadoras de Empreendimentos Criativos. Esse projeto visa criar ambientes de trabalho para o apoio à empreendimentos inovadores. As incubadoras capacitam e auxiliam essas iniciativas, através de suporte e consultoria em diversos segmentos. O projeto vem sendo realizado em parceria com o Instituto Gênesis da PUC-Rio, a FAPERJ (em fase de negociações), JUCERJA, SEDEIS e SEBRAE. No momento estão sendo implementadas duas incubadoras – uma na capital, na área do porto, e outra em São João do Meriti, na baixada fluminense;



| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABRIL) | |
|--------------------|--------------------------------|---------------|
| | 2011 | Participação |
| PESSOAL | 24.576.400 | 67,4% |
| CUSTEIO | 11.104.675 | 30,5% |
| INVESTIMENTO | 778.406 | 2,1% |
| TOTAL GERAL | 36.459.481 | 100,0% |

Além destas despesas liquidadas, já estão comprometidos (empenhados) mais R\$6,14 milhões provenientes de convênios com o Ministério da Cultura e a Fundação Biblioteca Nacional para obras de reforma da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro Celso Kelly e para implementação do Cine-teatro Manguinhos.

A Tabela ao lado apresenta a distribuição da despesa realizada entre as unidades da Cultura.

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

O financiamento das ações de Cultura não estão restritos aos recursos orçamentários, contando adicionalmente com recursos do setor privado.

À semelhança da Lei Federal Rouanet, a Lei Estadual nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 42.292 dispõe sobre a concessão de

| UO | EXECUÇÃO ACUMULADA 2011 (JAN-ABRIL) | |
|--------------------|-------------------------------------|-------------------|
| | EMPENHADO | LIQUIDADO |
| SEC. CULTURA | 28.621.886 | 11.581.284 |
| FUNARJ | 14.315.494 | 8.187.833 |
| CASA FRANÇA BRASIL | 1.106.118 | 997.546 |
| TEATRO MUNICIPAL | 23.743.740 | 14.839.625 |
| MUSEU IMAGEM E SOM | 942.791 | 853.193 |
| TOTAL GERAL | 68.730.030 | 36.459.481 |

incentivos fiscais para a realização de projetos culturais no Estado do Rio de Janeiro.

A Lei de Incentivo à Cultura oferece aos patrocinadores a oportunidade de investimento em projetos culturais credenciados pelo Governo do Estado, além de benefício fiscal sob a forma de dedução do ICMS a ser recolhido.

O montante global anual de recursos financeiros vinculados à concessão de incentivos fiscais a projetos culturais, corresponderá a, no mínimo, 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) da arrecadação do ICMS do exercício anterior. O benefício fiscal corresponderá a, no máximo, 4% do ICMS a ser recolhido em cada período.

A Lei, que estabelece parceria com o setor privado, tem como principal meta o fomento à Cultura do Estado do Rio de Janeiro, desonerando a Secretaria de Cultura.

O quadro ao lado apresenta o total de investimentos que estão sendo realizados em 2011, conforme publicações no Diário Oficial. Ao todo, são 113 projetos aprovados e um montante de R\$14,09 milhões aplicados pelas empresas.

| PATROCINADOR | VALOR DO BENEFÍCIO FISCAL | VALOR DE CONTRAPARTIDA* | Nº DE PROJETOS |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------------|----------------|
| AMBEV | 7.054.384 | 1.763.596 | 10 |
| AMPLA | 678.654 | 169.664 | 2 |
| APOLO TUBOS | 120.000 | 30.000 | 1 |
| CEG | 715.782 | 178.946 | 3 |
| COMP. FLUMINENSE DE REFRIGERANTES | 256.000 | 64.000 | 1 |
| CLARO S.A | 5.475.374 | 1.368.844 | 3 |
| EMBRATEL | 1.170.237 | 292.559 | 3 |
| ENERGISA | 111.320 | 27.830 | 1 |
| IPIRANGA | 375.000 | 75.000 | 1 |
| LIGHT | 2.485.113 | 772.836 | 10 |
| NET | 672.000 | 168.000 | 2 |
| PERNOD | 160.000 | 40.000 | 1 |
| PETRÓLEO BRASILEIRO - PETROBRAS | 16.094.046 | 4.023.512 | 12 |
| PEUGEOT | 1.000.000 | 250.000 | 3 |
| PREZUNIC | 120.000 | 80.000 | 1 |
| PRINCIPADO | 128.597 | 32.149 | 1 |
| RIO DE JANEIRO REFRESCOS | 3.360.000 | 840.000 | 2 |
| TELEMAR | 10.678.427 | 3.757.584 | 52 |
| TIM | 80.000 | 20.000 | 1 |
| LEADER | 280.000 | 70.000 | 1 |
| ÚTIL | 158.354 | 39.589 | 1 |
| V & M | 120.000 | 30.000 | 1 |
| TOTAL | 51.293.289 | 14.094.108 | 113 |

* RECURSOS PRÓPRIOS DE CADA EMPRESA APLICADOS NOS PROJETOS CULTURAIS

BOX 03 – Aplicação de Recursos na área de Segurança

UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA - UPP

Resultado da implementação de um conjunto de ações, a atual política de segurança tem como um de seus pilares a implantação de Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP's), priorizando a reconquista de territórios antes dominados pelo tráfico de drogas. Este é um passo definitivo na retomada da paz no Estado, aumentando a confiança de moradores residentes nas regiões pacificadas.

Até o final de 2010 foram implantadas 13 UPPs. Nesse primeiro quadrimestre de 2011 já foram implantadas mais três unidades, nos bairros de Engenho Novo, Santa Teresa e Rio Comprido, cujas comunidades beneficiadas estão a seguir demonstradas:

UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA IMPLANTADAS ATÉ 1º QUAD 2011

| Data de Implantação | Unidade | Comunidade | Zona | Efetivo | População Beneficiada |
|---------------------|---------|-------------------------|-------|---------|-----------------------|
| jan/11 | 14ª | São João | Norte | 200 | 6.000 |
| fev/11 | 15ª | Coroa-Fallet-Fogueteiro | Norte | 203 | 13.000 |
| fev/11 | 16ª | Escondidinho e Prazeres | Sul | 182 | 7.000 |

Ao longo do primeiro semestre, deverão ser inauguradas as unidades do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, na Penha, cuja ocupação, iniciada em novembro de 2010, hoje ainda permanece com a parceria de contingente do Exército Brasileiro. A implantação das UPP's deverá estar concluída em 2014.

Na esteira da pacificação, registram-se reduções dos índices de criminalidade em todas as regiões do Rio desde 2007 e maiores oportunidades de empregabilidade. Paralelamente, outros segmentos do Estado vêm implantando projetos nas comunidades já pacificadas ou em processo de pacificação.

A Secretaria de Esporte e Lazer com o objetivo de promover a inclusão social oferece atividades esportivas, recreativas e culturais, atendendo a crianças e adolescentes (em horário complementar à escola), e também a adultos e idosos oriundos de qualquer realidade, sem distinção, inclusive os portadores de quaisquer tipos de necessidades especiais.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT, através da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, oferece cursos de idiomas gratuitos aos jovens moradores das comunidades Batan, Cidade de Deus, Chapéu Mangueira e Dona Marta. Atualmente nessas comunidades 1.435 alunos freqüentam esses cursos, ferramenta importante de empregabilidade, principalmente neste momento em que o Rio se prepara para sediar importantes eventos internacionais, como a Copa e os Jogos Olímpicos. Expandindo as oportunidades a SECT vem implantando Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs – que oferece cursos profissionalizantes de curta duração, levando em conta a vocação e os arranjos produtivos das regiões onde serão instalados.

CUSTOS ANUAIS CVTS

| Unidade CVT | TOTAL QUAD |
|--------------------|------------|
| CVT Alemão | 1.910.000 |
| CVT Cidade de Deus | 2.180.000 |

| Unidade - CETEP | Total |
|-----------------------------|------------------|
| Batan | 650.000 |
| Cantagalo -Pavão/Pavãozinho | 720.000 |
| Chapeu Mangueira | 480.000 |
| Santa Marta | 410.000 |
| TOTAL | 6.350.000 |

Nesse processo de pacificação, a participação da sociedade civil, ainda que incipiente, já registra algumas iniciativas. No Cantagalo, em Ipanema, jovens têm a oportunidade de estudar inglês com professores de um renomado instituto de idiomas. Uma iniciativa do Consulado Geral dos Estados Unidos, 60 alunos são divididos em três turmas na sede do Espaço Criança Esperança. A próxima comunidade a ser beneficiada pelo Consulado será o Morro da Providência.

A Fundação Nestlé Brasil, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), proporcionará a capacitação de jovens de comunidades pacificadas. O projeto piloto será implantado na Cidade de Deus, comunidade que fica próxima à fábrica de sorvetes da Nestlé, em Jacarepaguá. Serão capacitados 150 jovens, a partir de 18 anos. Ação integrada com a sociedade civil, além de reforçar a presença do Estado nas comunidades pacificadas, abre oportunidades para a população, visando evitar a volta da criminalidade e o ingresso dos jovens no mundo do crime por falta de opção.

Pelo fato de envolver muitas variáveis o custo de uma unidade de polícia pacificadora ainda está em fase de estudo. O contingente militar varia não só de acordo com a população, mas também com grau de criminalidade identificado na comunidade naquele momento. Atualmente estão implantadas 16 unidades que exigem um contingente de 2.972 militares.

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO RIO DE JANEIRO

CIDADE DA POLÍCIA

A integração das delegacias especializadas constitui um outro pilar da política de segurança. O primeiro projeto nessa direção é a construção da Cidade da Polícia no bairro do Jacaré, Zona Norte do Rio. Um complexo com mais de três mil policiais civis de 32 delegacias especializadas levará paz às comunidades de Manguinhos e Jacarezinho e maior integração das forças policiais, estendendo sua atuação no controle de uma área ainda não pacificada. A Cidade da Polícia abrigará a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), a Central de Flagrantes e as Unidades de Monitoramento e Inteligência, entre outras especializadas. O projeto está orçado em 40 milhões. Nesse primeiro quadrimestre de 2011 foram aplicados R\$ 9,39 milhões, contra R\$ 4,99 milhões executados em todo o ano de 2010, somando, até o momento, um investimento da ordem de R\$ 14,38 milhões, 35,88% do total das obras. Nos próximos meses a execução da despesa deverá assumir ritmo mais acelerado para cumprir a meta do Governo, com inauguração ainda em 2011.

GASTOS REALIZADOS COM CONSTRUÇÃO DA CIDADE DA POLÍCIA

| UO | PROJETO / ATIVIDADE | 2010 | 2011 |
|----------------|--|-------------|-------------|
| 0701 - SEOBRAS | 1632 Reestr Delegacias Legais e Órg Investigativos | 4.970.576 | 9.382.323 |

CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE – CICC

O trabalho conjunto das três esferas de Governo completa o ciclo de planejamento para integração da política de segurança. Para o final do exercício está prevista a conclusão e inauguração do Centro Integrado de Comando e Controle - CICC, na Cidade Nova, orçado em R\$ 60 milhões, parceria financeira entre o Executivo e o Judiciário do Estado. As obras, no momento, estão sendo financiadas com recursos do Fundo de Justiça do TJ.

Inspirado no modelo adotado em Madri e em Nova York, o CICC será um importante aliado nas áreas de segurança e defesa civil. A unidade funcionará 24 horas por dia, sob a operação de órgãos do Município, do Estado e do Governo Federal. Juntos irão monitorar, por meio de câmeras, as principais localidades do município, podendo resolver rapidamente problemas tanto de segurança, quanto de trânsito, ordem pública e emergência médicas.



INVESTIMENTOS CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE - CICC

| UO | INVESTIMENTOS | VALOR |
|--------------|--|-------------------|
| 2601-SESEG | AQUISIÇÃO DE 2 MIL TERMINAIS DE BORDO PARA VIATURAS POLICIAIS | 6.960.000 |
| | INSTALAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE 01(UM) SISTEMA DE DETECÇÃO DE DISPAROS DE ARMAS DE FOGO (SHOTSPOTTER) | 874.866 |
| | AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA COMPLEMENTO DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DETECTOR DE TIROS(SHOTSPOTTER) | 300.467 |
| | OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE-CICC | 3.056.280 |
| Total | | 11.191.613 |

A crescente aplicação dos recursos na área de Segurança, demonstrados abaixo, responde à demanda da população pelo direito de ir e vir.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2009_2011

| ÓRGÃO | GRUPO DE DESPESA | 2009 | 2010 | 2011 | VARIAÇÃO |
|-------------------------|------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| SECRETARIA DE SEGURANÇA | PESSOAL | 1.837.579.218 | 2.253.330.816 | 2.399.433.821 | 30,58% |
| | CUSTEIO | 394.611.869 | 427.614.374 | 513.093.991 | 30,02% |
| | INVESTIMENTO | 99.484.937 | 142.884.534 | 252.837.074 | 154,15% |
| TOTAL | | 2.331.676.024 | 2.823.829.723 | 3.165.364.886 | 35,75% |

V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

A Cota Financeira, no 2º bimestre desse ano, apresentou uma maior liberação de recursos na parcela pertinente as Outras Fontes de Recurso²², foram R\$ 244 milhões entre os meses de março e abril de 2011(Gráfico 2). O fato decorreu, em parte, do volume de recursos captados nas FR's 12²³ e 14²⁴ por meio da Secretaria de Obras. Essas fontes são referentes a convênios da Administração Direta e do PAC. Já a parcela concernente as FR's Tesouro, manteve-se estável.

A liberação da Cota Financeira, até o 2º bimestre, foi bem equiparada no que tange aos percentuais referentes às FR's Tesouro e às Outras Fontes, como pode ser observado nos números disponibilizados na **Erro! Fonte de referência não encontrada.1**. Contudo, a utilização desses recursos pelos Órgãos não acompanhou essa distribuição, isso porque na parcela concernente às FR's do Tesouro foi consumido aproximadamente 98% da Cota Financeira liberada, enquanto que nas Outras FR's apenas 33%.

Essa distinção na utilização da CF praticada pelos Órgãos com a parte referente aos recursos do Tesouro pode ser notada desde a fase do empenho da despesa, onde o volume de recursos empenhados nas FR's Tesouro (R\$ 2,19 bilhões) é superior às Outras FR's (R\$ 1,13 bilhão). O mesmo ocorre na fase de liquidação do gasto, com os órgãos liquidando cerca de 60% do montante empenhado nas FR's Tesouro (R\$ 1,13 bilhão), enquanto que nas Outras FR os gastos liquidados alcançaram somente 37% (R\$ 0,42 bilhão) dos empenhos.

Ressalte-se que os órgãos converteram quase que a totalidade da parcela da Cota Financeira liberada, suportada por FR do Tesouro, em Programações de Desembolso –

²² Demais Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

²³ FR12 - Convênios - Administração Direta;

²⁴ FR14 - Convênios PAC - Administração Direta

Gráfico 2

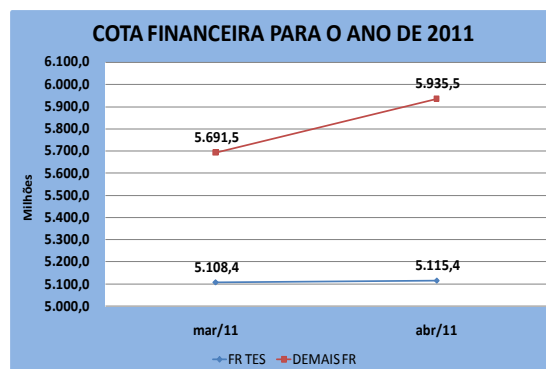


Tabela 21

| ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2011 | | | | | |
|---|---------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|------------------|
| FR | DESP. EMPENHADO (A) | DESP. LIQUIDADADA (B) | COTA FIN. LIBERADA (C) | COTA FIN. UTILIZADA (D) | DESP. PAGA (E) |
| FR - TESOURO | 2.185.687 | 1.316.290 | 1.142.275 | 1.116.535 | 885.724 |
| FR - OUTRAS | 1.129.537 | 420.681 | 1.204.843 | 400.165 | 360.645 |
| TOTAL GERAL | 3.315.224 | 1.736.971 | 2.347.118 | 1.516.700 | 1.246.369 |

Fonte: SIG e SIME

Obs.: Posição acumulada até abril/2011

| FR | (B)/(A) | (B)/(C) | (D)/(B) | (D)/(C) | (E)/(D) |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| FR - TESOURO | 60,22% | 115,23% | 84,82% | 97,75% | 79,33% |
| FR - OUTRAS | 37,24% | 34,92% | 95,12% | 33,21% | 90,12% |
| TOTAL GERAL | 52,39% | 74,00% | 87,32% | 64,62% | 82,18% |

Fonte: SIG e SIME

Obs.: Posição acumulada até abril/2011

Tabela 22

| ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2011 POR ÁREAS FR TESOURO | | | | | |
|--|---------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|----------------|
| FR | DESP. EMPENHADO (A) | DESP. LIQUIDADADA (B) | COTA FIN. LIBERADA (C) | COTA FIN. UTILIZADA (D) | DESP. PAGA (E) |
| EDUCAÇÃO | 165.008 | 88.503 | 85.221 | 84.912 | 77.890 |
| SAÚDE | 641.378 | 340.972 | 289.934 | 289.411 | 202.512 |
| SEGURANÇA | 204.341 | 131.532 | 105.636 | 104.847 | 92.602 |
| DEMAIS ÁREAS | 1.174.960 | 755.284 | 661.484 | 637.366 | 512.719 |
| TOTAL GERAL | 2.185.687 | 1.316.290 | 1.142.275 | 1.116.535 | 885.724 |

Fonte: SIG e SIME

Obs.: Posição acumulada até abril/2011

| FR | (B)/(A) | (B)/(C) | (D)/(B) | (D)/(C) | (E)/(D) |
|--------------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| EDUCAÇÃO | 53,64% | 103,85% | 95,94% | 99,64% | 91,73% |
| SAÚDE | 53,16% | 117,60% | 84,88% | 99,82% | 69,97% |
| SEGURANÇA | 64,37% | 124,51% | 79,71% | 99,25% | 88,32% |
| DEMAIS ÁREAS | 64,28% | 114,18% | 84,39% | 96,35% | 80,44% |
| TOTAL GERAL | 60,22% | 115,23% | 84,82% | 97,75% | 79,33% |

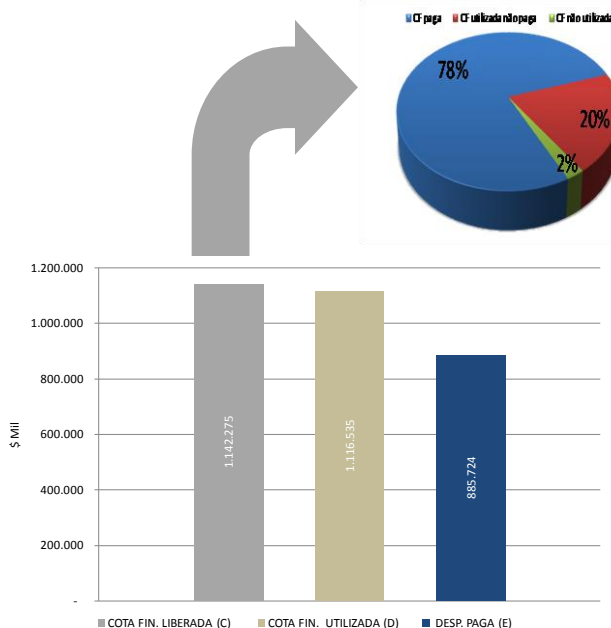
Fonte: SIG e SIME

Obs.: Posição acumulada até abril/2011

PD's (98%); com destaque para as áreas prioritárias, que converteram em média 100% de suas Cotas em PD's. No tocante ao pagamento, foram executadas em média 83% das Programações de Desembolso emitidas das áreas prioritárias, com ênfase para a Educação que teve 91,7% de suas PD's pagas, no bimestre.

Em síntese, verifica-se que as Fontes de Recurso do Tesouro são preferencialmente utilizadas pelos Órgãos. Os dados apresentados no Gráfico 3 ratificam essa constatação, ilustrando, inclusive, que 78% da CF liberada no bimestre foi paga.

Gráfico 3



V.2 Pagamento de PD's

Neste início de 2011, foi priorizado o pagamento dos Restos a Pagar de 2010, cuja quitação dessas obrigações contratadas e liquidadas no exercício anterior seguiu um cronograma, previamente definido, que estabeleceu o pagamento nas quatro primeiras parcelas do ano (janeiro à abril de 2011).

Em decorrência da necessidade de dar celeridade ao pagamento dos RP's, houve um pequeno alongamento no prazo médio de pagamentos, tanto para as áreas prioritárias como não prioritárias, das despesas do exercício atual, chegando a uma média de 16 dias, nesse 2º bimestre de 2011(Gráfico 4).

Mesmo diante dessa sutil elevação no prazo médio de pagamento em relação ao mesmo período do ano anterior, o Tesouro Estadual continua pagando seus fornecedores com um prazo médio inferior a 30 dias após a data de emissão da PD, pelo órgão (Gráfico 5).

Tabela 23

**PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
2º BIMESTRE DE 2011**

| ÁREAS | PRAZO MÉDIO |
|------------------|-------------|
| PRIORITÁRIAS | 16 |
| NÃO PRIORITÁRIAS | 16 |
| MÉDIA GERAL | 16 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 4

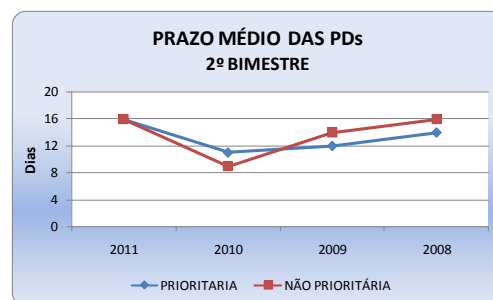
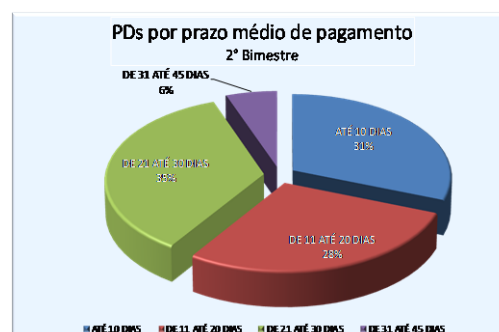


Gráfico 5



V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

No segundo bimestre de 2011, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram o bom desempenho, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos).

A rentabilidade dos fundos aumentou 13,5% em relação ao bimestre anterior, e obteve um aumento de R\$ 5 milhões em sua receita financeira. Tal resultado foi possível devido à alocação da quase totalidade dos recursos disponíveis do Tesouro nos fundos exclusivos (99,7%), que possuem performance melhor que a de outros fundos disponíveis para aplicação.

Para fins comparativos, cabe informar que, até o 2º bimestre, os fundos utilizados pelo Tesouro tiveram um rendimento 47% acima da remuneração da poupança.

No 2º bimestre de 2011, a receita financeira do Tesouro Estadual teve um crescimento de 20%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo que a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - *benchmark*) obteve um de crescimento de 24%, quando comparado ao mesmo período.

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 158ª reunião²⁵, elevou em 0,25 pontos percentuais a taxa SELIC, mantendo o aumento gradual da taxa básica da juros, que tem como finalidade combater o aumento da pressão inflacionária, que está acima da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5% aa).

Assim, com a boa administração das aplicações, o Tesouro vem cumprindo a meta estimada de receita financeira estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011, que esse ano é de R\$ 129,6 milhões.

Gráfico 6

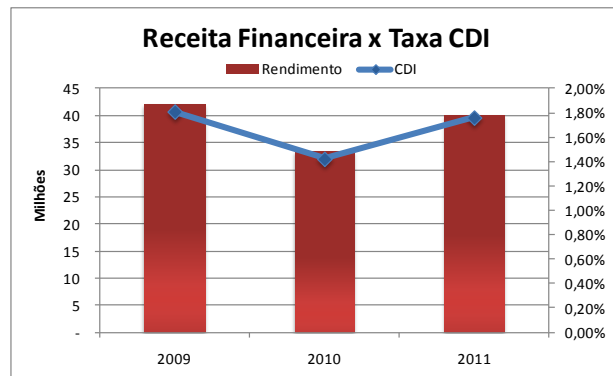


Gráfico 7

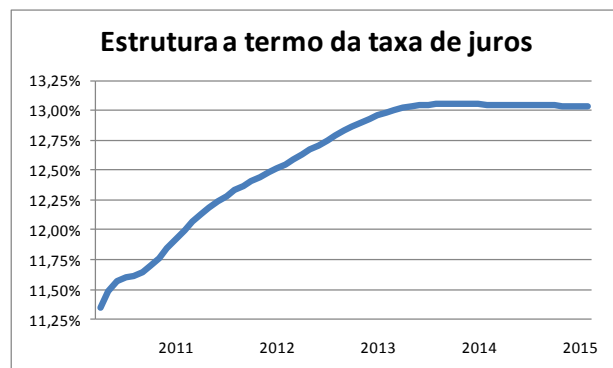
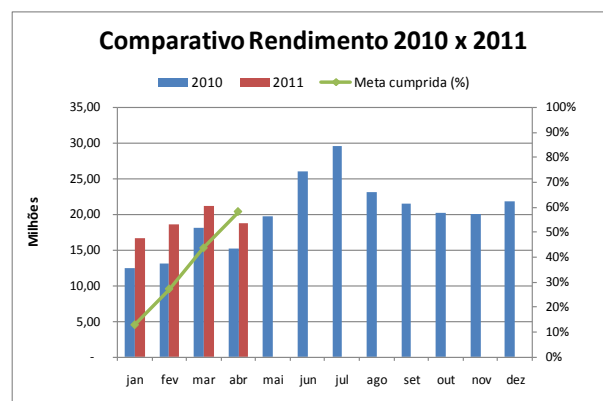


Gráfico 8



²⁵ Realizado nos dias 19 e 20 de abril de 2011.

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a maio de 2011, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 76 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais prestados aos órgãos estaduais. Mais da metade deste montante, cerca de 60%, foi utilizado para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 15% para transmissão de dados, 14% para serviços de águas, 6% para telefonia fixa e 5% para outros serviços.

Pontue-se que, uma medida importante adotada desde 2008 para assegurar o pagamento destas obrigações no exercício em que foram geradas, foi a reserva de recursos para honrar despesas com serviços públicos em um Programa de Trabalho específico – PT Concessionárias. Destarte, no exercício de 2011, foram disponibilizados R\$ 298 milhões²⁶ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 118 milhões, ou seja, 40%.

Outra medida que colaborou para a maior eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos, e, conseqüentemente, garantir a celeridade e exatidão dos pagamentos, foi a implantação de mecanismos de controles mais amplos e precisos no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC²⁷.

Participam do SIPC atualmente 16 concessionárias, incluindo as principais: Light, Ampla, Telemar e Cedae. Neste grupo temos também a TIM e a Intelig que aderiram ao sistema mais recentemente, em março de 2011.

No primeiro quadrimestre de 2011, através do SIPC foram registrados R\$ 60 milhões referentes ao faturamento de 14 concessionárias. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 51,4 milhões, ou seja, 86% do total. Analisando-se os

²⁶ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

²⁷ Sistema criado com a finalidade de centralizar aos procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais. Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

pagamentos por bimestre, constata-se que estão adimplidas 99% e 75%, respectivamente, as despesas de competência janeiro-fevereiro e março-abril.

Percebe-se, assim, que o percentual bimestral de adimplemento vem se mantendo acima de 75% e, ainda, que o prazo médio de atraso é de um mês. Cabe ressaltar que as faturas quitadas com atraso derivam, principalmente, da necessidade de alguns órgãos efetuarem ajustes orçamentários e/ou financeiros para executar suas despesas.

Quanto ao desempenho da execução orçamentária das despesas, observa-se que o valor total empenhado é maior que o valor faturado, pois alguns órgãos descentralizam antecipadamente o orçamento estimado para os meses seguintes. Esta atitude demonstra a diligência destes órgãos para honrar as despesas tempestivamente.

V.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no segundo bimestre de 2011, nas áreas prioritárias, pode-se verificar, um aumento de 27% na área de educação, 7% na área de saúde e 1% na área de segurança, se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Especificamente na área de educação, o acréscimo no consumo em kWh decorre do projeto de climatização das unidades escolares.

Já o estudo de alta tensão demonstra que, no segundo bimestre de 2011, foram gastos com a demanda de alta tensão R\$ 10,7 milhões, sendo R\$ 6,9 milhões de demanda contratada e R\$ 3,8 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, em 2008, com a celebração do contrato entre o Estado e a Oi/Telemar, que teve como objeto a implantação da rede governo de telefonia, iniciou-se uma reestruturação ampla nesta área. Os telefones ativos migraram para a rede governo e os

Gráfico 9

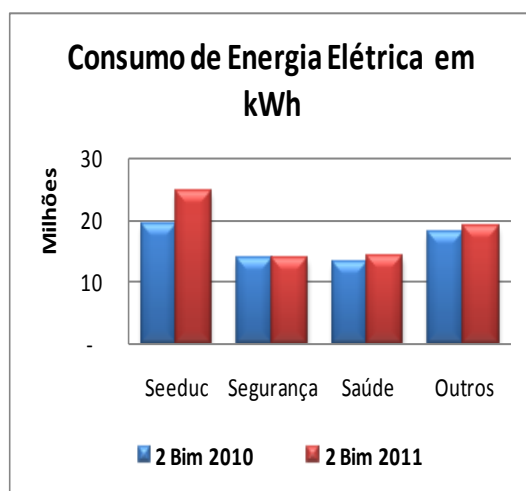
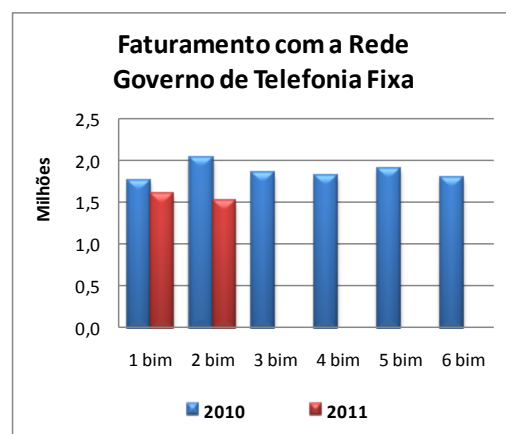


Gráfico 10



ramais de todos os órgãos estaduais foram interligados. Cabe ressaltar que, com este formato de cobrança, as despesas com serviços de telefonia ficaram mais estáveis e previsíveis, fator que contribuiu significativamente para a maior eficiência na programação dos gastos estaduais. Nos últimos 12 meses, a média dos serviços de telefonia fixa da rede governo foi de R\$ 1,8 milhão.

Em dezembro de 2010, após o término do contrato celebrado com a Oi/Telemar, houve nova licitação para área de telefonia fixa e móvel, que resultou na contratação das operadoras Intelig e TIM para atender a rede estadual de telefonia. Conforme narrado anteriormente, estas concessionárias aderiram ao SIPC e estão providenciando os procedimentos operacionais necessários para emissão da fatura consolidada.

Em relação aos serviços de água e esgoto, com o objetivo de tornar a conciliação das faturas mais eficiente, a partir de 2011, algumas concessionárias passaram a enviar, regularmente, os dados sobre o consumo de cada instalação estadual à Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias – CACPC. Importante destacar que a Cedae aderiu ao SIPC recentemente e está, juntamente com a CACPC e os Órgãos, verificando e validando a titularidade de cada instalação.

Destarte, em fevereiro de 2011, a concessionária iniciou a etapa seguinte: emissão das faturas consolidadas. Assim, atualmente, as despesas de 23 órgãos com a Ceade estão incluídas no sistema de pagamento por descentralização orçamentária.

V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Como já informado em edições anteriores, a Secretaria de Estado de Fazenda reabriu, por meio da Resolução SEFAZ nº 343, de 03 de novembro de 2010, o prazo para novas

Tabela 24

**Despesas com Serviços de Águas
Competência janeiro a abril / 2011**

| Concessionária | nº instalações | M³ | Valor Faturado (R\$) |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------------|
| Águas de Niterói | 137 | 226.535 | 2.379.117 |
| Águas do Paraíba | 108 | 153.805 | 1.515.756 |
| Águas de Juturnaíba | 46 | 36.760 | 377.540 |
| Águas do Imperador | 35 | 27.694 | 183.354 |
| Águas das Agulhas Negras | 26 | 36.289 | 268.124 |
| Águas de Nova Friburgo | 36 | 26.512 | 191.133 |
| Prolagos | 42 | 16.064 | 169.768 |
| Total | 429 | 523.659 | 5.084.792 |

adesões de fornecedores ao Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, no período entre 04/11/2010 a 19/11/2010.

O supracitado período consistiu na 5^o fase de adesão ao programa instituído pelo Decreto nº 40.847/2007, ratificando o comprometimento do Governo Estadual em sanar as pendências encontradas no início da gestão, em 2007.

Nessa 5^o fase, ingressaram nesta SEFAZ 128 requerimentos solicitando informações sobre os créditos devidos, sendo que, 28 empresas assinaram o Termo de Adesão e, conseqüentemente, aderiram ao Programa.

Desde a implantação do Programa, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1.690 requerimentos de informações. Desse montante, após as 5 fases abertas, 994 credores aderiram ao mesmo, totalizando um valor repactuado de aproximadamente R\$ 258,5 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 260 milhões já foram repactuados, conclui-se que 75% do total da dívida foi atendida pelo Programa, dando ao tratamento deste assunto um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

V.5.1 Valores Adimplidos em 2011

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda, com os pagamentos realizados no mês de maio de 2011, que contemplou o pagamento da oitava parcela para os credores que ingressaram na 1^o fase do programa; o pagamento da sétima parcela para os credores que ingressaram na 2^o fase do programa; o pagamento da sexta parcela para os credores que ingressaram na 3^o fase; o pagamento da quinta parcela para os credores que ingressaram na 4^o fase; e o pagamento da primeira parcela para os credores que

ingressaram na 5ª fase, o Tesouro Estadual despendeu o total de R\$ 15.748.407,36.

Após o pagamento realizado em maio de 2011, o total já adimplido pelo Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, computados os valores das Ofertas Públicas de Recursos, foi de R\$ 158.408.347,93.

Dessa maneira, aproximadamente 62% do montante total renegociado já foi quitado pelo Tesouro Estadual.

Após todos os pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual, cerca de 810 credores já tiveram seus créditos integralmente adimplidos, o que corresponde a aproximadamente 82% do total de adesões.

Cabe salientar, por fim, que dos 810 credores que já tiveram seus créditos quitados integralmente, 602 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, receberam em uma única parcela.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios

No 2º bimestre de 2011, foram aplicados aproximadamente R\$ 15,2 milhões para pagamento de precatórios. O montante desembolsado foi suportado, exclusivamente, com recursos do Tesouro Estadual.

Os pagamentos realizados nos meses de março e abril foram compostos das parcelas dos acordos vigentes, restando ainda 12 acordos do Estado. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 46% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e o restante em obrigações de natureza comum.

Gráfico 11

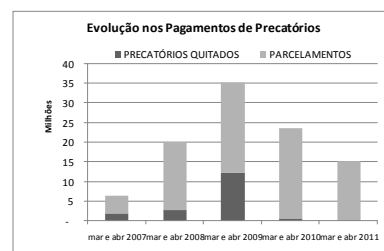
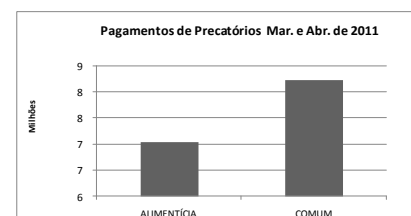


Gráfico 12



Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º Bimestre deste ano, foram pagas 94 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 714 mil. O dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁸.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 2º bimestre de 2011, o montante de R\$ 15,9 milhões.

Tendo em vista que o pagamento de novos precatórios só pode ser realizado pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Portanto, atualmente, apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda, conforme orientação da PGE.

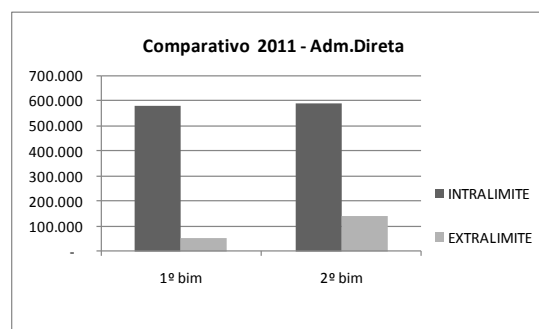
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 739 milhões com o serviço da dívida²⁹, no 2º bimestre de 2011, valor 15,15% superior ao pago no bimestre anterior. Essa variação foi influenciada pelo aumento de 2% da Receita Líquida Real - RLR, que determina o teto do pagamento mensal de juros e amortização da dívida intralimite renegociada com o Tesouro Nacional e pelo aumento do serviço da dívida externa. Isto porque, não obstante a apreciação do real

Tabela 25

| PAGAMENTOS DE RPV - 2011 | | |
|--------------------------|------------|-------------------|
| MÊS | QUANTIDADE | VALOR |
| MAR. | 37 | 367.853,30 |
| ABR. | 57 | 346.317,39 |
| Total | 94 | 714.170,69 |

Gráfico 13



²⁸ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

²⁹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

frente ao dólar³⁰, o pagamento da dívida externa foi 582% maior que a do 1º bimestre, visto que ocorreram pagamentos semestrais. Ressalte-se, contudo, que este montante representa apenas 11,59% do total do serviço pago.

No 2º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 594 milhões, resultando, assim, na incorporação de resíduo de R\$ 9 milhões pela aplicação do teto de 13% da RLR.

Tabela 26

R\$ mil

| Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas) | | | | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|
| | 1º bim 2011 | | | 2º bim 2011 | | | Δ % do total no bim |
| | Principal | Encargos | Total | Principal | Encargos | Total | |
| ADM. DIRETA | 240.507 | 399.749 | 640.256 | 300.768 | 434.431 | 735.199 | 15% |
| INTRALIMITE | 205.672 | 378.576 | 584.248 | 210.127 | 384.162 | 594.289 | 2% |
| EXTRALIMITE | 34.836 | 21.173 | 56.008 | 90.641 | 50.270 | 140.910 | 152% |
| INTERNA | 27.230 | 16.221 | 43.451 | 28.896 | 26.372 | 55.267 | 27% |
| EXTERNA | 7.606 | 4.952 | 12.558 | 61.745 | 23.898 | 85.643 | 582% |
| ADM. INDIRETA HONRADA** | 1.036 | 232 | 1.268 | 2.519 | 999 | 3.517 | 177% |
| TOTAL | 241.543 | 399.980 | 641.524 | 303.286 | 435.430 | 738.716 | 15% |
| Informações complementares: | | | | | | | |
| Valor devido intra-limite | 211.996 | 378.576 | 590.573 | 219.229 | 384.162 | 603.391 | 2% |
| Valor pago pelo limite (13% da RLR)* | 205.672 | 378.576 | 584.248 | 210.127 | 384.162 | 594.289 | 2% |
| Diferença incorporada no resíduo | 6.325 | - | 6.325 | 9.102 | - | 9.102 | 44% |

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

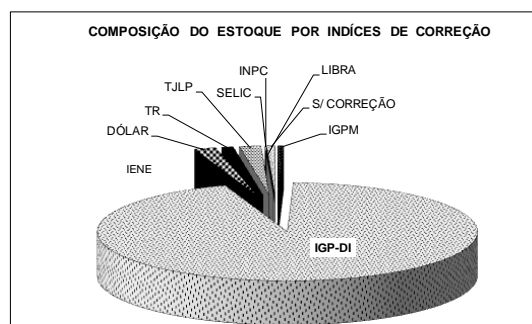
** O valor devido à REFER pela RIOTRILHOS foi excluído da dívida financeira em virtude de não compor a dívida consolidada

(A nota abaixo está avançando no Gráfico)

Gráfico 14

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º bimestre deste ano, o estoque³¹ da Dívida Financeira alcançou R\$ 58,96 bilhões, 1,06% maior que o bimestre anterior, explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna corrigida pelo IGP-DI³².



³⁰ O dólar fechado nas datas dos respectivos pagamentos caiu 9,04% em relação ao período anterior.

³¹ Excluído o valor referente à Companhia do Metropolitano Sobre Trilhos - RIOTRILHOS e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER.

³² Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 92,86% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um crescimento de 1,02% e 1,54%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 2º bimestre fechou em 1,36% (IGP-DI de fev/11 e mar/11) e nos últimos 12 meses (de abr/10 a mar/11) em 11,11%.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,09% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,82 bilhão, ou seja, 8,13% inferior ao primeiro bimestre de 2011, tendo em vista as amortizações ocorridas no período e a valorização do real frente ao dólar.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, apresentou pequena variação em relação 1º bimestre de 2011. A relação subiu de 2,03 para 2,04³³.

Tabela 27
R\$ mil

| DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2011 | | | |
|---|---------------|---------------|--------|
| | 1º Bimestre | 2º Bimestre | Δ % |
| DÍVIDA FUNDADA TOTAL | 58.336.475,66 | 58.955.078,23 | 1,06% |
| INTERNA | 56.291.604,23 | 57.075.865,41 | 1,39% |
| Dívida com a União | 56.291.604,23 | 57.075.865,41 | 1,39% |
| Outras Dívidas Contratuais | - | - | |
| EXTERNA | 1.983.866,75 | 1.822.504,63 | -8,13% |
| Com Aval do Tesouro Nacional | 1.981.302,15 | 1.820.065,46 | -8,14% |
| Mobiliária | 2.564,60 | 2.439,17 | -4,89% |
| ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO) | 61.004,68 | 56.708,19 | -7,04% |
| DÍVIDA FINANCEIRA | 58.336.475,66 | 58.955.078,23 | 1,06% |
| RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI | 28.765.392,34 | 28.939.339,07 | 0,60% |
| RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR | 2,03 | 2,04 | 0,45% |

Valores a preços correntes

³³ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,51.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 97,76% do estoque. Desse montante 96,50% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6%. Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo, que representam 5,44% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,12% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁴. Nos dez exercícios seguintes, os vencimentos permaneceram estáveis, dado que houve a substituição do pagamento, limitado a 13% da RLR, pela aplicação do Sistema Price de amortização. Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassaram ao longo dos anos o patamar de 3,1%.

Em relação ao prazo médio de amortização³⁵ e ao prazo médio de repactuação³⁶, estes atingiram 11,63 anos e 11,08 anos, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

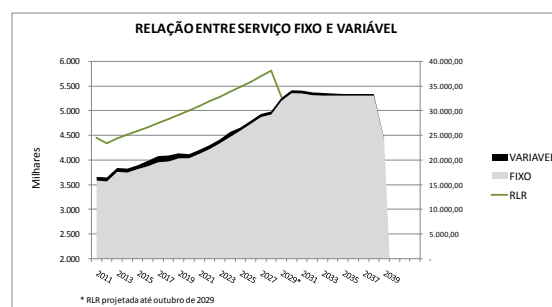
No segundo bimestre, foram liberados R\$ 2,1 milhões da receita, pertinente a operação de crédito. Esse montante, foi destinado ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES).

Tabela 28

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS

| R\$ Mil | | | |
|-----------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Prefixado | | | |
| Tx de Juros (%) | Estoque | Estoque/ Subtotal | Estoque/ Total |
| 0 - 2 | 322.538 | 0,56% | 0,55% |
| 2,1 - 4 | 353.698 | 0,61% | 0,60% |
| 4,1 - 6 | 55.617.032 | 96,50% | 94,34% |
| acima de 6,1 | 1.338.688 | 2,32% | 2,27% |
| Subtotal | 57.631.956 | 100,00% | 97,76% |
| Pósfixado | | | |
| Tx de Juros (%) | Estoque | Estoque/ Subtotal | Estoque/ Total |
| 0 - 2 | 828.785 | 62,64% | 1,41% |
| 4,1 - 6 | 494.338 | 37,36% | 0,84% |
| Subtotal | 1.323.122 | 100,00% | 2,24% |
| Total | 58.955.078 | | 100,00% |

Gráfico 15



³⁴ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2011 à 2013, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³⁵ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

³⁶ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Tabela 29

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Ente: Estado do Rio de Janeiro

Data: 30.04.2011

Valores em R\$ mil

| | 2011 | | TOTAL |
|--|------------------|---------------------|---------------------|
| | Liberado (1) | a Liberar (2) | a Liberar (2) |
| 1. Operações de Crédito Contratadas | 17.683,15 | 831.757,90 | 1.413.393,53 |
| Operações contratadas com o SFN | 16.081,91 | 636.937,54 | 1.008.937,54 |
| 1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO | - | 21.615,90 | 21.615,90 |
| 2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE | - | 1.027,32 | 1.027,32 |
| 3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS | - | 186.000,00 | 558.000,00 |
| 4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal | 8.981,60 | 123.575,11 | 123.575,11 |
| 5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos | - | 0,00 | 0,00 |
| 6. BNDES PMAE II | 1.216,47 | 7.176,52 | 7.176,52 |
| 7. CAIXA PAC | 5.883,83 | 297.542,69 | 297.542,69 |
| Demais | 1.601,24 | 194.820,36 | 404.455,99 |
| 1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II | 605,33 | 158.259,72 | 289.630,27 |
| 2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável | - | 16.147,76 | 57.564,89 |
| 3. BID - PROFAZ (profisco) | 917,95 | 12.255,76 | 27.956,05 |
| 4. BIRD - PRÓ-GESTÃO | 77,96 | 8.157,11 | 29.304,79 |
| 2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação | - | 327.963,96 | 978.552,73 |
| 1. VIALIGHT | - | 29.569,00 | 259.138,33 |
| 2. PRODETUR | - | 42.563,63 | 186.614,40 |
| 3. SAUDE/HRB | - | 65.831,33 | 132.800,00 |
| 4. MARACANÃ_COPA2014-BNDES | - | 190.000,00 | 400.000,00 |
| 5. DPL II_PROHDUMS - BIRD | - | 808.107,00 | 808.107,00 |
| 3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3) | - | 3.836.391,54 | 6.316.318,48 |
| Total | 17.683,15 | 4.996.113,41 | 8.708.264,75 |

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2011

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁷

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2011, com 554 Convênios de Despesa e 443 Convênios de Receita vigentes³⁸.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças³⁹, já na esfera dos Convênios de Receita

³⁷ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³⁸ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

³⁹ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴⁰, engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 162 convênios, beneficiando 84 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 720 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste período, foram empenhados aproximadamente, R\$ 50 milhões, liquidados R\$ 50 milhões e pagos R\$ 55 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 392 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 78 milhões, liquidados R\$ 108 milhões e pagos R\$ 97 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 2º bimestre de 2011, o total de 74 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Dessa importância, R\$ 1,5 bilhões consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 2º bimestre de 2011, foram repassados em torno de R\$ 1 bilhão. Sendo destinados 55% à área de Habitação e cerca de 45% à área de Saneamento.

Com vistas a proporcionar instrumentos de gestão efetiva aos municípios aderentes aos convênios com o Estado, o governo estadual instituiu em setembro de 2009 o Programa Estadual de Captação e Gestão de Recursos para Municípios – PECAM. O principal enfoque deste programa é disponibilizar aos gestores de convênios a expertise necessária para a gestão

⁴⁰ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

eficiente dos recursos, aumentando a governança do setor público em suas diversas esferas.

Após cerca de um ano e meio da implantação desse Programa, os resultados do PECAM e da coordenação proporcionada pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio) podem ser ilustrados pelo sucesso nas cidades de Macaé, Cabo Frio e Angra dos Reis. Em Macaé, os resultados podem ser sentidos de forma significativa, haja vista que a captação de recursos saltou de cerca de R\$ 12 milhões para R\$ 142 milhões.

A cidade de Cabo Frio também passou por mudanças expressivas em sua estrutura de gestão para conseguir captar recursos. De 1996 a 2008, o município captou apenas R\$ 400 mil. No entanto, em outubro de 2010, apenas um ano após o início deste projeto, a arrecadação saltou para R\$ 27 milhões.